

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

Os comentários dos diretores incluídos neste item 2.1, exceto quando expressamente ressalvado, devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Petrobras e suas notas explicativas relativas ao encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2023, divulgado em 7 de março de 2024. A Companhia também divulgou relatórios de produção e vendas e de desempenho financeiro do 4º trimestre de 2023, em 8 de fevereiro e 7 de março, respectivamente, que podem ser utilizados como fonte de informação complementar. Todos esses documentos foram arquivados na CVM e podem ser encontrados no site da Petrobras em <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A despeito de um ambiente externo menos favorável em comparação com 2022 (depreciação do *Brent* e menores preços de derivados), a Petrobras alcançou excelentes resultados operacionais e econômico-financeiros em 2023, com lucro líquido e EBITDA ajustado de, respectivamente, R\$ 124,6 bilhões e R\$ 262,2 bilhões.

A Companhia entregou uma produção de óleo e gás de 2,8 milhões de boed - barris de óleo equivalente por dia, 3,7% acima da produção registrada em 2022, enquanto investiu um total de US\$ 12,7 bilhões em seus negócios.

Adicionalmente, a Companhia manteve a trajetória de recomposição de reservas (1,5 bi boe), com foco em ativos rentáveis e em alinhamento com sua busca por uma transição energética justa, resultando na manutenção da relação entre as reservas provadas e a produção (indicador R/P) em 12,2 anos.

Com esses resultados e tendo em vista a sua forte geração de caixa e capacidade de se financiar junto a instituições financeiras, quando houver necessidade, os diretores entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazos.

Cabe ressaltar que, em 2023, os recursos oriundos de sua geração operacional foram suficientes para a Companhia realizar seus investimentos, cumprir com suas obrigações financeiras e pagar dividendos. Os recursos de terceiros (empréstimos e financiamentos) captados pela Companhia foram utilizados para o gerenciamento de passivos já existentes, visando a extensão das maturidades da dívida e melhora da sua estrutura de capital, com intuito de preservar a liquidez e a solvência.

Com relação à dívida, a estratégia financeira da Petrobras teve como foco a manutenção de um nível ótimo endividamento, sempre buscando a redução de seu custo de capital. Mesmo após um impacto relevante no passivo de arrendamentos em 2023 decorrente da entrada em operação dos FPSOs afretados Anna Nery, Almirante Barroso, Anita Garibaldi e Sepetiba, a Companhia encerrou o ano de 2023 com um endividamento bruto de US\$ 62,6 bilhões, abaixo do limite estabelecido no Plano Estratégico 2024-28 (“PE 2024-28”).

A gestão da dívida, combinada a um forte EBITDA Ajustado, permitiu uma saudável relação dívida bruta/EBITDA ajustado, que ficou em 1,19x.

Considerando as disponibilidades ajustadas de US\$ 17,9 bilhões, a Companhia fechou o ano de 2023 com uma dívida líquida de US\$ 44,7 bilhões, resultando em uma relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado total de 0,85x.

Em milhões Exercício findo em 31 de dezembro de	2023	
	Dívida bruta ¹	R\$ 303.062
Disponibilidades ajustadas ²	R\$ 86.670	US\$ 17.902

Dívida Líquida	R\$ 216.392	US\$ 44.698
----------------	-------------	-------------

1 - Composta por dívida financeira (mercado de capitais, bancário, bancos de fomento, agências de crédito à exportação e outros) e arrendamentos.

2 - Somatório de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de alta liquidez - conversíveis em dinheiro em até três meses.

Com relação ao patrimônio líquido consolidado da Companhia, o aumento para R\$ 382,34 bilhões, comparado a R\$ 364,39 bilhões em 2022, decorreu, principalmente, do lucro líquido do exercício, compensado em parte pela aprovação dos dividendos complementares do exercício de 2022, na AGO de 2023, e dividendos e juros sobre capital próprio do exercício.

Para mais informações sobre o resultado da Petrobras, ver itens 2.1h e 2.2.

b. estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Petrobras, medida pelo indicador dívida bruta em relação à capitalização total, representativa do padrão de financiamento de suas operações:

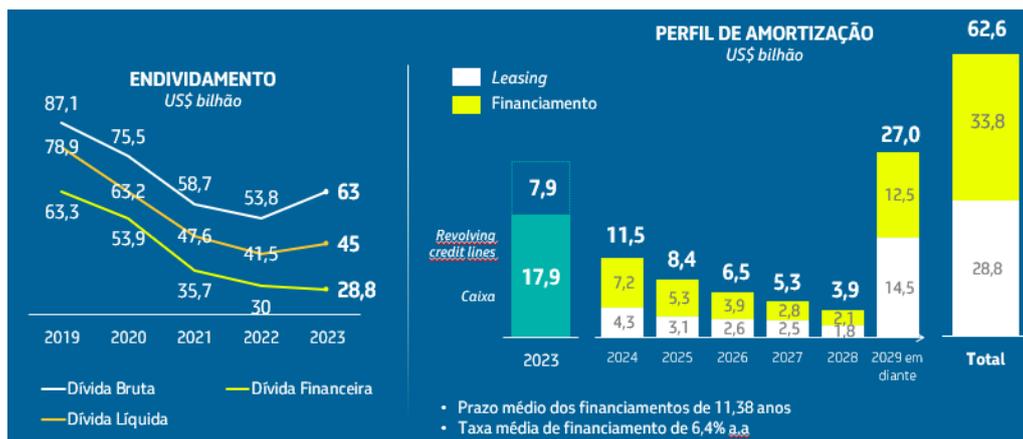
Em milhões de reais Exercício findo em 31 de dezembro de	2023
Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	382.340
Empréstimos e financiamentos (incluindo arrendamento) circulantes e não circulantes - Dívida Bruta	303.062
Capital Próprio + Dívida Bruta ("Total")	685.402
Capital Próprio/Total	56%
Dívida Bruta/Total	44%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos anos, a Companhia tem utilizado recursos provenientes da geração de caixa operacional, das captações e dos desinvestimentos, principalmente, para pagamento de remuneração ao acionista, financiamento dos investimentos em áreas de negócio e cumprimento do serviço da dívida.

A Companhia acredita que, com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários que possuem alta liquidez, de R\$ 86,7 bilhões em 2023, associados a manutenção de uma forte geração de caixa operacional, conforme previsto no PE 2024-28, e eventual acesso às fontes tradicionais de financiamento, possui capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos sem que haja comprometimento de sua saúde financeira.

Segue abaixo o perfil de vencimentos dos empréstimos e financiamentos em 31/12/2023:



Informações detalhadas sobre as obrigações da Companhia podem ser acessadas na nota explicativa 32 - Financiamentos das demonstrações financeiras de 2023.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2023, a principal fonte de financiamento da Petrobras para capital de giro e ativos não-circulantes foi a sua própria geração de caixa operacional. Para informações mais detalhadas, ver item h (análise do fluxo de caixa).

Adicionalmente, a Companhia captou recursos de terceiros no montante total de R\$ 10,7 bilhões e realizou operação de troca nos termos de uma dívida de R\$ 2,5 bilhões no mercado bancário nacional, visando a extensão da maturidade de curto prazo da dívida e melhora da sua estrutura de capital. Essas operações de dívida foram realizadas diretamente ou por meio de uma de suas subsidiárias integrais e estão totalizadas na tabela abaixo:

Captações no mercado de capitais e mercado bancário				
Período	Em milhões de US\$		Em milhões de R\$	
	Internacional	Doméstico	Internacional	Doméstico
2023				
Mercado de capitais	1.236	-	5.928	-
Mercado bancário	49	915	254	4.492
Outros	-	10	-	42

Resgates antecipados				
Período	Em milhões de US\$		Em milhões de R\$	
	Internacional	Doméstico	Internacional	Doméstico
2023	1.289	40	6.428	207

Dentre as operações mais relevante de captação de recursos e gerenciamento de dívida ocorrida no último exercício social, destaca-se:

- a conclusão da oferta de títulos no mercado de capitais internacional (Global Notes), em julho, por meio de sua subsidiária integral Petrobras Global Finance (PGF), no valor de R\$ 5,9 bilhões com vencimentos em 2033.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Petrobras projeta para o ano de 2024 uma geração operacional de caixa suficiente para suportar todos os investimentos de projetos previstos para o primeiro ano do seu Plano Estratégico (PE 2024-28+), resultando, portanto, em um fluxo de caixa livre positivo, que será utilizado de forma a garantir adequada liquidez e a solvência da Companhia.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

As informações sumarizadas sobre os financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas a seguir, em milhões de reais:

Vencimento em	Consolidado						Total (1)	Valor justo
	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 anos em diante		
Financiamentos em Dólares (US\$):	17.317	12.147	7.068	11.607	7.401	43.842	99.382	100.024
Indexados a taxas flutuantes (2)	13.418	9.269	5.417	8.306	2.534	2.073	41.017	
Indexados a taxas fixas	3.899	2.878	1.651	3.301	4.867	41.769	58.365	
Taxa média a.a.	5,5%	5,5%	6,2%	5,8%	5,4%	6,6%	6,3%	
Financiamentos em Reais (R\$):	3.164	1.244	2.434	723	734	19.729	28.028	30.045
Indexados a taxas flutuantes (3)	573	700	700	196	196	12.376	14.741	
Indexados a taxas fixas	2.591	544	1.734	527	538	7.353	13.287	
Taxa média a.a.	6,9%	6,6%	6,7%	7,2%	7,4%	6,6%	6,8%	
Financiamentos em Euro (€):	247	1.453	-	-	656	2.286	4.642	4.697
Indexados a taxas fixas	247	1.453	-	-	656	2.286	4.642	
Taxa média a.a.	4,7%	4,7%	-	-	4,6%	4,7%	4,7%	
Financiamentos em Libras (£):	195	-	2.849	-	-	4.335	7.379	7.221
Indexados a taxas fixas	195	-	2.849	-	-	4.335	7.379	
Taxa média a.a.	6,3%	-	6,2%	-	-	6,6%	6,4%	

Total em 31 de dezembro de 2023	20.923	14.844	12.351	12.330	8.791	70.192	139.431	141.987
Taxa média a.a.	5,8%	5,8%	6,3%	6,1%	5,9%	6,5%	6,4%	-

1 - Inclui financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

Em 31 de dezembro de 2023, o prazo médio de vencimento da dívida ficou em 11,4 anos (calculado considerando a quantidade de dias corridos entre a data de referência e a data de vencimento da dívida, multiplicado pela parcela da amortização do principal, dividido pela soma das amortizações do principal da dívida, com esse resultado apurado sendo dividido por 365 dias).

O saldo consolidado por tipo de financiamento encontra-se abaixo:

Valores em R\$ milhões	31/12/2023
Mercado bancário	10.949
Mercado de capitais	15.151
Bancos de fomento ¹	3.379
Outros	4
Total no país	29.483
Mercado bancário	30.513
Mercado de capitais	69.636
Agência de crédito à exportação	9.055
Outros	744
Total no exterior	109.948
Total de financiamentos	139.431

1 - BNDES, FINAME e FINEP.

O saldo em mercado de capitais é composto principalmente por R\$ 66,5 bilhões em global notes, emitidas no exterior pela Petrobras Global Finance B.V. - PGF, localizada nos Países Baixos, R\$ 9,8 bilhões em debêntures e R\$ 4,7 bilhões em notas comerciais escriturais, emitidas no Brasil pela Petrobras.

Os *global notes* possuem vencimentos entre 2024 e 2115. As debêntures e as notas comerciais, com vencimentos entre 2024 e 2037.

O saldo do mercado bancário é composto por empréstimos e financiamentos bancários com vencimentos entre 2024 e 2034.

A Petrobras ainda possui linhas de crédito rotativas contratadas no Brasil, no valor de R\$ 4 bilhões, com vencimentos em 2025 e 2026, e no exterior, em conjunto com sua subsidiária integral Petrobras Global Trading - PGT, no valor de US\$ 7,05 bilhões, com vencimentos em 2026, as quais podem ser utilizadas em casos de contingência de liquidez.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui, na data de divulgação deste relatório, outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas corporativas quirográficas (dívidas sem direitos reais de garantias ou privilégios em relação às outras) da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade de empréstimos, financiamentos e títulos da dívida da Companhia era de R\$ 139,4 bilhões. Desse montante 86,1% (R\$ 120,0 bilhões) correspondia à obrigação de natureza quirográfia e 13,9% (R\$ 19,4 bilhões) correspondia a obrigações com garantias reais.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia não possui *covenants* relacionados a indicadores financeiros nos contratos de financiamento.

A Companhia possui outras obrigações relacionadas aos contratos de financiamento, como:

- a apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício;
- cláusulas de *Negative pledge/Permitted liens*, em que a Petrobras e suas subsidiárias se comprometem a não criar gravames, que excedam 15% ou 20%, conforme o contrato, sobre seus ativos consolidados para garantia de dívidas além dos gravames permitidos;
- cláusulas de cumprimento às leis, regras e regulamentos aplicáveis à condução de seus negócios, incluindo (mas não limitado) leis ambientais;
- cláusulas em contratos de financiamento que exigem que tanto o tomador, quanto o garantidor conduzam seus negócios em cumprimento às leis anticorrupção e antilavagem de dinheiro e que instituem e mantenham políticas necessárias a tal cumprimento;
- cláusulas em contratos de financiamento que restringem relações com entidades ou mesmo países sancionados principalmente pelos E.U.A. (incluindo, mas não limitado ao *Office of Foreign Assets Control* - OFAC, Departamento de Estado e Departamento de Comércio), pela União Europeia e pelas Nações Unidas;
- cláusulas que restringem a alteração do controle acionário da Companhia, sem a prévia notificação ao credor e de alienação de ativos, desde que a referida alienação cause um efeito adverso material sobre a Companhia.

Em 2023, não houve a caracterização do descumprimento de *covenant* dos contratos financeiros da Companhia.

Se a Companhia descumprir alguma das obrigações mencionadas acima ou for incapaz de remediar ou continuar não atendendo as obrigações dentro do período de cura que varia entre 30 e 60 dias (dependendo do contrato) após ter recebido uma notificação por escrito do(s) credor(es) especificando tal inadimplemento ou violação e exigindo que fosse remediado e declarando que tal notificação é um "Aviso de Inadimplemento", isso pode ser declarado um Evento de Inadimplência e, ocasionalmente, a dívida relacionada a esse contrato será considerada vencida e exigível.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem contratos com cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*) que representam 97% do saldo devedor da dívida financeira consolidada em

31/12/2023. O montante agregado de vencimento antecipado, que aciona essas cláusulas, varia entre US\$ 100 milhões e US\$ 250 milhões.

Os contratos mais relevantes que possuem tal cláusula são:

Identificação	Saldo Devedor em aberto (R\$) 31/12/2023
Bond PETBRA 6 3/4 01/27/41	3.621.241.090,74
Bond PETBRA 7 1/4 03/17/44	4.239.780.177,29
Bond PETBRA 6 7/8 01/20/40	3.516.106.272,16
Bond PETBRA 5 5/8 05/20/43	1.725.563.115,04
Bond PETBRA 6 1/4 03/17/24	2.755.502.841,99
Bond PETBRA 6.85 06/05/15	5.705.067.799,52
Bond PETBRA 5 3/8 10/01/29	1.825.101.259,52
Bond PETBRA 6 5/8 01/16/34	3.695.160.000,00
Bond PETBRA 6 1/4 12/14/26	2.857.362.335,36
Bond PETBRA 4 3/4 01/14/25	1.519.401.074,33
Bond PETBRA 8 3/4 05/23/26	1.662.038.651,97
Bond PETBRA 7 3/8 01/17/27	3.409.387.768,50
Bond PETBRA 5.299 01/27/25	2.942.893.208,71
Bond PETBRA 5.999 01/27/28	5.000.284.623,50
Bond PETBRA 5 3/4 02/01/29	2.263.889.930,80
Bond PETBRA 5.093 01/15/30	2.492.624.752,17
bond PETBRA 5.6 01/03/31	5.311.126.578,56
bond PETBRA 6 3/4 06/03/50	1.982.558.266,54
Bond PETBRA 6,9 03/19/2049	3.297.680.491,53
Bond PETBRA 5 1/2 06/10/51	3.115.407.910,63
Bond PETBRA 6 ½ 07/03/2033	4.573.683.326,01
Schuldschein - Deutsche Bank 2038	1.043.980.039,08
5ª Emissão de Debêntures Simples	1.724.337.224,55
6ª Emissão de Debêntures Simples	4.256.745.197,03
7ª Emissão de Debêntures Simples	3.840.130.561,25
1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais	3.127.955.971,01
2ª emissão de Notas Comerciais Escriturais	1.614.831.266,34
Bradesco	2.283.231.693,41
Bradesco	1.119.647.628,50
CDB	7.747.438.861,07
CDB	3.320.284.755,36
CDB	12.081.710.071,89
The Export-Import Bank of China	2.421.170.628,75.
Banco do Brasil	2.490.906.957,75
Credit Agricole	1.005.261.069,10
The Export-Import Bank of China	2.938.580.671,67

MUFG	6.128.078.900,42
Scotiabank	1.228.283.020,82
Banco do Brasil	2.986.231.693,41
Citibank	1.454.602.512,79

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Cumpridas as condições precedentes dos contratos, em 31 de dezembro de 2023, estavam disponíveis para saque os valores abaixo:

Empresa	Contratado	Utilizado	Saldo	Percentual já utilizado
No exterior (em US\$ milhões)				
PGT BV	7.050	-	7.050	0%
No país (em R\$ milhões)				
Petrobras	4.000	-	4.000	0%
Transpetro	329	-	329	0%

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras contidas a seguir são relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) divulgadas em 7 de março de 2024.

Análise da Demonstração de Resultado Consolidado

DRE (em R\$ milhões)	Análise horizontal 2023 x 2022			
	2023	2022	R\$	%
Receita de vendas	511.994	641.256	(129.262)	(20,2)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(242.061)	(307.156)	65.095	(21,2)
Lucro bruto	269.933	334.100	(64.167)	(19,2)
Vendas	(25.163)	(25.448)	285	(1,1)
Gerais e Administrativas	(7.952)	(6.877)	(1.075)	15,6
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(4.892)	(4.616)	(276)	6,0
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(3.619)	(4.087)	468	(11,5)
Tributárias	(4.444)	(2.272)	(2.172)	95,6
Reversão (Perda) no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(13.111)	(6.859)	(6.252)	91,2
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(19.930)	9.023	(28.953)	(320,9)
Despesas (Receitas) Operacionais	(79.111)	(41.136)	(37.975)	92,3
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	190.822	292.964	(102.142)	(34,9)
Receitas financeiras	10.821	9.420	1.401	14,9
Despesas financeiras	(19.542)	(18.040)	(1.502)	8,3

Var. monetárias e cambiais líquidas	(3.140)	(10.637)	7.497	(70,5)
Resultado financeiro líquido	(11.861)	(19.257)	7.396	(38,4)
Resultado de participações em investidas	(1.480)	1.291	(2.771)	(214,6)
Lucro antes dos impostos	177.481	274.998	(97.517)	(35)
Imposto de renda e contribuição social	(52.315)	(85.993)	33.678	(39,2)
Lucro do exercício	125.166	189.005	(63.839)	(33,8)
Atribuível aos:				
Acionistas da Petrobras	124.606	188.328	(63.722)	(33,8)
Acionistas não controladores	560	677	(117)	(17,3)
Lucro do exercício	125.166	189.005	(63.839)	(33,8)

As principais variações da demonstração de resultado se encontram abaixo descritas:

Receita de vendas

O mercado global de petróleo e gás iniciou o ano de 2023 em declínio, influenciado por preocupações sobre a dinâmica econômica global e a retomada do consumo de petróleo na China. Durante o primeiro semestre de 2023, foram observadas interrupções na oferta de petróleo, juntamente com cortes voluntários da OPEP+. A partir do terceiro trimestre de 2023, apesar das preocupações econômicas persistentes, os preços do petróleo apresentaram uma recuperação devido às restrições na oferta e à robustez da demanda.

Nesse cenário, em 2023, a receita líquida foi 20% menor em comparação com 2022, principalmente, devido à queda de 18% do preço do *Brent* e dos *crack spreads* de derivados, especialmente do diesel.

Apesar desses desafios, vale ressaltar que tais impactos negativos foram parcialmente mitigados pelo aumento do volume de petróleo comercializado ao longo do período, com destaque para o crescimento nas exportações.

A menor receita de gás natural decorre: (i) da menor demanda no setor não termelétrico, retratando o efeito da abertura do mercado de gás natural e o menor consumo do segmento industrial; (ii) da menor demanda no setor termelétrico, devido aos menores despachos, refletindo as melhores condições hidrológicas no Brasil; e (iii) dos menores preços, principalmente, para o setor não termelétrico, influenciados, em grande parte, pela desvalorização do Brent. A queda na receita do petróleo no mercado interno decorreu dos menores volumes de vendas para a Acelen, associados à queda do Brent mencionada anteriormente.

Durante 2023, os principais produtos comercializados continuaram sendo o diesel e a gasolina, equivalentes a aproximadamente 74% da receita com a venda de derivados no mercado interno.

Para variações na cotação do *Brent*, composição da receita por produto e variação do volume de vendas por produto, ver tabelas no item 2.2.

Custo dos produtos vendidos

Em 2023, o custo dos produtos vendidos apresentou queda de 21% em relação a 2022, refletindo principalmente a redução nos custos de importação de petróleo, gás natural e derivados, decorrente tanto da diminuição nos preços quanto nos volumes importados. Além disso, as participações governamentais também diminuíram devido à desvalorização do Brent e dos preços do gás natural. Contribuíram para essa redução também os menores volumes vendidos no mercado interno, os menores custos das operações no exterior e os menores volumes de vendas de energia elétrica.

Despesas Operacionais

Em 2023, houve crescimento nas despesas operacionais em comparação com 2022 de 92%, que alcançaram R\$ 79,1 bilhões ante R\$ 41,1 bilhões em 2022, principalmente, pelo aumento nas despesas tributárias (R\$ 2,2 bilhões), despesas com *impairment* (R\$ 6,3 bilhões) e outras despesas operacionais (R\$ 29,0 bilhões).

O aumento nas despesas tributárias é explicado pela vigência do imposto sobre exportação de petróleo de março a junho de 2023.

As maiores das despesas com *impairment* em 2023 refletem a atualização das premissas econômicas, bem como o portfólio de projetos e estimativas de volumes de reservas. Mais detalhes podem ser verificados na nota explicativa 26 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

O aumento nas outras despesas operacionais em 2023 se deve, principalmente, a menores ganhos de capital referentes aos acordos de coparticipação nos campos de Sépia e Atapu e parcela adicional de 5% do Excedente da Cessão Onerosa (ECO) de Búzios ocorridos em 2022. Além desse fator, houve aumento nas despesas com abandono de áreas devido ao crescimento das provisões em campos devolvidos em 2023, principalmente na SEAL, BC e RNCE. Menores despesas com contingências judiciais compensaram parcialmente o crescimento das despesas operacionais.

Resultado financeiro líquido

Em 2023, a melhoria no resultado financeiro em comparação com 2022 (R\$ 11,9 bilhões em 2023 ante R\$ 19,3 bilhões em 2022) é principalmente atribuída ao ganho com variação cambial do real frente ao dólar impulsionado pela valorização de 7,2% do real em 2023 (de R\$ 5,22/US\$ em 31/12/22 para R\$ 4,84/US\$ em 31/12/23), em comparação com 6,5% em 2022. Outros fatores incluem menor realização de *hedge accounting*, maiores ganhos com aplicações financeiras e títulos devido ao aumento das taxas Selic e CDI e ao maior volume médio aplicado, além de receita com atualização monetária do acordo judicial com a Eletrobras. Esses ganhos foram parcialmente compensados por maiores despesas com juros de financiamentos e arrendamentos, e por menor resultado com atualização monetária pela Selic de dividendos a pagar.

Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas Petrobras

Em 2023, o lucro líquido atingiu R\$ 124,6 bilhões, em comparação com R\$ 188,3 em 2022. Essa variação é principalmente atribuída à desvalorização do *Brent* (-18%) e às menores margens de derivativos, embora parcialmente compensadas pelo aumento no volume de óleo exportado. Além disso, o resultado foi impactado pelo aumento nas despesas operacionais, incluindo menores ganhos de capital decorrentes dos acordos de coparticipação nos campos de Sépia e Atapu, por maiores despesas com *impairment*, abandono e tributárias. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela melhoria do resultado financeiro e pela redução do imposto de renda apurado.

Para mais detalhes do resultado de 2023, incluindo comparação com 2022 e detalhes do resultado por segmento, ver as demonstrações financeiras de 2023, e o relatório de Desempenho Financeiro de 4T23, ambos arquivados na CVM em 07 de março de 2024 e divulgados no site da Companhia em <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>.

Análise do Fluxo de Caixa

DFC (em R\$ milhões)	2022
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	215.696
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	(39.495)
Recursos líquidos (utilizados) nas atividades de financiamentos	(153.435)

Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(2.876)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	19.890
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	41.723
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	61.613

A diferença entre a geração e a aplicação dos recursos resultou em um aumento de R\$ 19,9 bilhões no caixa e equivalentes de caixa da Companhia, que encerrou o ano de 2023 com saldo de 61,6 bilhões.

Os recursos gerados pelas atividades operacionais alcançaram R\$ 215,7 bilhões e o fluxo de caixa livre positivo totalizou R\$ 155,3 bilhões. Esse nível de geração de caixa foi utilizado para: (a) remunerar os acionistas (R\$ 101,6 bilhões); (b) realizar investimentos (R\$ 60,3 bilhões); (c) amortizar passivos de arrendamento (R\$ 31,3 bilhões); e (d) amortizar o principal e juros devidos no período (R\$ 31,0 bilhões).

A Companhia captou R\$ 10,7 bilhões destacando-se: (i) a oferta de títulos no mercado de capitais internacional (*Global Notes*) no valor de R\$ 5,9 bilhões com vencimento em 2033; e (ii) captações no mercado bancário nacional no valor de R\$ 4,4 bilhões.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas advêm de:

- vendas locais, que consistem em vendas de petróleo e derivados de petróleo (tais como: óleo diesel, gasolina, querosene de aviação (QAV), nafta, óleo combustível, gás liquefeito de petróleo, gás natural, energia elétrica, renováveis e nitrogenados) e receitas de direitos não exercidos;
- vendas para exportação, que consistem principalmente de vendas de petróleo bruto, óleo combustível e outros derivados;
- vendas nas unidades internacionais; e
- outras receitas, incluindo serviços, rendas com investimentos e ganhos cambiais.

Individualmente, o produto mais importante em termos de geração de receita em 2023 foi o diesel, representando cerca de 32% da receita de vendas total da Companhia.

RECEITAS DE VENDAS POR PRODUTO (R\$ milhões)	2023
Diesel	161.279
Gasolina	71.519
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	17.530
Querosene de aviação (QAV)	25.095
Nafta	9.187
Óleo combustível (incluindo <i>bunker</i>)	5.788
Outros derivados de petróleo	22.109
Subtotal de derivados	312.507
Gás natural	28.163
Petróleo	27.336
Renováveis e nitrogenados	467
Receitas de direitos não exercidos (<i>breakage</i>)	4.290
Eletricidade	3.265
Serviços e outros	5.289
Mercado interno	381.317
Exportações	125.138
Vendas no exterior	5.539
Mercado externo	130.677
Receitas de vendas	511.994

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Apesar de se observar queda da receita líquida, detalhada no item 2.1 (h), vale ressaltar o atingimento de recordes de produção, dentre os quais se destacam: (a) a superação em 3,7% da produção registrada em 2022, principalmente por conta do início de operação de quatro novos sistemas de produção (FPSOs Anna Nery, Anita Garibaldi, Almirante Barroso e Sepetiba); (b) o recorde de tempo de *ramp-up* no pré-sal, atingindo a capacidade nominal de projeto do FPSO Almirante Barroso em menos de cinco meses; e (c) a alta utilização do parque de refino com geração de valor (FUT anual de 92%, 4 pontos percentuais maior que 2022, com forte participação de diesel, gasolina e QAV na produção total).

Para mais informações a respeito do desempenho operacional, ver Relatório de Produção e Vendas do 4T23, arquivado na CVM em 8 de fevereiro de 2024 e divulgado no site da Companhia <https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/central-de-resultados/>.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas de vendas relativas a exportações e as receitas com vendas no mercado interno dos derivados parametrizados ao mercado internacional são influenciadas por variações da taxa de câmbio e variações das cotações internacionais do petróleo. Em 2023, as receitas da Companhia foram impactadas negativamente pela depreciação de 18% do *Brent*.

Vale observar que além da maior parte das receitas de exportação serem constituídas em dólares norte-americanos, as receitas com vendas internas estão também indiretamente ligadas ao dólar norte-americano, tendo em vista a estratégia comercial estabelecida pela Companhia em maio de 2023, que tem como premissa preços competitivos por polo de venda, em equilíbrio com os mercados nacional e internacional, levando em consideração a melhor alternativa acessível aos clientes. Essa estratégia permite a Petrobras competir de forma mais eficiente, levando em consideração a sua participação no mercado, para otimização dos seus ativos de refino, e a rentabilidade de maneira sustentável.

As tabelas abaixo demonstram a principais cotações e volumes de venda, e suas respectivas variações, que impactam a receita da Companhia.

PRINCIPAIS COTAÇÕES E PREÇOS MÉDIOS	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2023 x 2022 (%)
Cotações			
<i>Brent</i> médio (US\$/bbl)	82,62	101,19	-18,35
Dólar médio de venda (R\$)	4,99	5,16	-3,29
Dólar final de venda (R\$)	4,84	5,22	-7,28
Indicadores de preços médios			
Derivados básicos - mercado interno (R\$/bbl)	505,20	632,22	-20,09

VOLUME TOTAL DE VENDAS (mil barris/dia)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2023 x 2022
Diesel	746	755	-1,19
Gasolina	418	407	2,70
Óleo combustível	33	34	-2,94
Nafta	68	73	-6,85

GLP	206	211	-2,37
QAV	104	98	6,12
Outros	169	175	-3,43
Total de derivados	1.744	1.753	-0,51
Álcoois, nitrogenados renováveis e outros	4	3	33,33
Petróleo	181	202	-10,40
Gás natural	226	305	-25,90
Total mercado interno	2.155	2.263	-4,77
Exportação de petróleo, derivados e outros	806	714	12,89
Vendas internacionais	45	56	-19,64
Total mercado externo	851	770	10,52
Total geral	3.006	3.033	-0,89

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Resultado Operacional

Em 2023, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 262,2 bilhões, 23% menor em comparação com 2022, influenciado principalmente pela desvalorização do Brent (-18%) e menores margens de derivados, compensados em parte pelo maior volume de óleo exportado.

Resultado Financeiro

Em 2023, a melhoria no resultado financeiro em comparação com 2022 é principalmente atribuída ao ganho com variação cambial do real frente ao dólar impulsionado pela valorização de 7,2% do real em 2023 (de R\$ 5,22/US\$ em 31/12/22 para R\$ 4,84/US\$ em 31/12/23), em comparação com 6,5% em 2022. Outros fatores incluem menor realização de *hedge accounting*, maiores ganhos com aplicações financeiras e títulos devido ao aumento das taxas Selic e CDI e ao maior volume médio aplicado, além de receita com atualização monetária do acordo judicial com a Eletrobras. Esses ganhos foram parcialmente compensados por maiores despesas com juros de financiamentos e arrendamentos, e por menor resultado com atualização monetária pela Selic de dividendos a pagar.

No exercício findo em 31 de dezembro de	2023	2022	2023 x 2022 (%)
Receitas Financeiras	10.821	9.420	14,9
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	8.258	5.955	38,7
Outros	2.563	3.465	(26,0)
Despesas Financeiras	(19.542)	(18.040)	8,3
Despesas com financiamentos	(11.309)	(12.173)	(7,1)
Despesas com arrendamentos	(8.886)	(6.936)	28,1
Ágio na recompra de títulos de dívida	(22)	(596)	(96,3)
Encargos financeiros capitalizados	6.431	5.319	20,9
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(4.282)	(2.680)	59,8
Outros	(1.474)	(974)	51,3

Variações monetárias e cambiais, líquidas	(3.140)	(10.637)	(70,5)
Variações cambiais	11.212	5.637	98,9
Reclassificação do <i>hedge accounting</i>	(18.846)	(25.174)	(25,1)
Atualização monetária de dividendos antecipados/dividendos a pagar ¹	(1.506)	5.351	-
Acordo Petrobras e Eletrobras - empréstimos compulsórios	1.156		-
Atualização monetária de impostos a recuperar	1.016	443	129,3
Outros	3.828	3.106	23,2
Total	(11.861)	(19.257)	(38,4)

(1) Em 2023, refere-se à receita sobre a atualização monetária dos dividendos antecipados pagos, no valor de R\$ 1.063 (R\$ 6.782, em 2022), e à despesa sobre os dividendos a pagar, no valor de R\$ 2.569 (R\$ 1.431 em 2022).

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis e nos métodos de cálculo utilizados na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opinião modificada no parecer dos auditores independentes às demonstrações contábeis de 2023.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em 23 de novembro de 2023, a Administração aprovou no contexto do PE 2024-2028+ uma nova abordagem em relação aos investimentos que serão realizados pela Companhia, alterando a visão do segmento de Gás e Energia para Gás e Energias de Baixo Carbono, além de novos direcionadores estratégicos para os negócios de:

- Biocombustíveis: antes apresentados em Corporativo e outros negócios, passam a ser acompanhados no segmento de Gás e Energias de Baixo Carbono; e
- Fertilizantes: antes apresentados em Gás e Energia, passam a ser acompanhados no segmento de Refino, Transporte e Comercialização.

Em 31 de dezembro de 2023, essas informações refletem o atual modelo de gestão da Companhia e são utilizadas pela Diretoria Executiva para tomada de decisões de alocação de recursos e avaliação de desempenho.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2023, a Companhia não constituiu nem adquiriu participação societária relevante.

Em relação às principais alienações, a Petrobras concluiu (*closing*) as seguintes transações em 2023, relativas aos ativos de Exploração e Produção (**E&P**):

- Venda do Campo de Albacora Leste
- Venda do Polo Norte Capixaba
- Venda do Polo Potiguar
- Venda dos Polos Golfinho e Camarupim

Esses ativos vendidos possuíam baixa aderência à estratégia de alocação do capital da Companhia para a gestão de portfólio do plano estratégico anterior (PE 2023-27). Os impactos na produção de petróleo e derivados da Petrobras foram considerados limitados. Os ativos de E&P desinvestidos representaram 2,7% da produção total de petróleo da Petrobras em 2023.

Ressalta-se que a curva de produção de óleo e gás, divulgada no momento da aprovação dos planos estratégicos da Companhia, considera os impactos dos desinvestimentos previstos no horizonte dos planos. Desse modo, os efeitos dessas transações já estavam refletidos nas curvas de produção previstas do PE 2023-27, bem como do plano vigente, PE 2024-28+.

Para mais informações sobre vendas concluídas no último exercício, verificar nota explicativa 31.2 das demonstrações financeiras de 31.12.2023.

c. eventos ou operações não usuais

RMNR - Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho

A Remuneração Mínima por Nível e Regime de Trabalho (“RMNR”) consiste em uma remuneração mínima garantida aos empregados, baseada no nível salarial, regime e condição de trabalho e localização geográfica. Essa política de remuneração foi criada e implantada pela Petrobras em 2007 por meio de negociação coletiva com representantes sindicais, e aprovada em assembleias dos empregados, sendo questionada três anos após sua implantação.

Em 2017 essa discussão chegou ao Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que decidiu contra a Companhia. A Petrobras interpôs recurso contra essa decisão levando a discussão ao Supremo Tribunal Federal (STF). No STF, em julho de 2018, a Petrobras obteve provimento liminar que suspendeu os efeitos da decisão do TST e determinou a suspensão nacional dos processos em andamento relacionados à RMNR.

Em julho de 2021, o Ministro Relator deu provimento ao Recurso Extraordinário interposto pela empresa para reestabelecer a sentença que julgou improcedentes os pedidos autorais, acolhendo a tese da Companhia e reconhecendo a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre a Petrobras e os sindicatos, revertendo a decisão do TST.

Em novembro de 2023, a Primeira Turma do STF decidiu favoravelmente à Petrobras, por três votos a um, acolhendo a tese da Companhia e reconhecendo a validade do acordo de trabalho livremente firmado entre a Petrobras e os sindicatos, em relação à metodologia de cálculo para a remuneração dos funcionários da empresa. Em janeiro de 2024 o acórdão foi publicado e, contra a referida decisão, foram opostos embargos de declaração, os quais foram julgados à unanimidade no sentido de manter a decisão embargada.

Empréstimo Compulsório - Eletrobrás

O governo brasileiro, pretendendo financiar a expansão do sistema elétrico nacional, estabeleceu o empréstimo compulsório em favor da Eletrobrás, que durou até 1993. O empréstimo era cobrado nas contas de energia elétrica dos consumidores.

Em 2010, a Companhia ingressou com ação judicial com vistas a ter reconhecido o seu direito de receber as diferenças de correção monetária e juros de empréstimo compulsório da Eletrobrás, relativamente à terceira conversão de ações da Eletrobrás, no período de 1987 a 1993.

Em 18/12/2023, foi homologado judicialmente, acordo entre as partes para extinção da discussão mediante pagamento pela Eletrobrás do valor de R\$ 1.156 milhão à Petrobras. O valor foi recebido pela Companhia em 26/12/2023 e a contingência foi encerrada.

Eventos decorrentes da “Operação Lava Jato”

Em março de 2014, a Operação Lava Jato, investigação conduzida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal com o objetivo de apurar irregularidades em operações envolvendo a Administração Pública Federal, passou a concentrar parte de suas investigações em contratos de fornecimento de bens e serviços para a Petrobras. As investigações apuraram indícios de pagamentos indevidos a partidos políticos, agentes políticos e outros, incluindo alguns ex-executivos e empregados da Petrobras.

A Companhia tem colaborado com os trabalhos do Ministério Público Federal, Polícia Federal, Receita Federal e outras autoridades competentes desde o início das investigações.

A Petrobras é oficialmente reconhecida como vítima dos crimes apurados na Operação Lava Jato e continuará adotando as medidas legais cabíveis contra as pessoas físicas e jurídicas, incluindo ex-empregados e agentes políticos, que causaram danos financeiros e de imagem à Petrobras. Como vítima, a Companhia recebeu desde o início da Operação Lava Jato ressarcimentos que já alcançaram R\$ 7,2 bilhões.

Nos últimos anos, algumas condenações proferidas em ações penais decorrentes da Operação Lava Jato foram declaradas nulas pelos tribunais superiores, em razão de discussões sobre competência do órgão julgador, validade das provas utilizadas nos processos e outras alegações. Ainda há medidas judiciais em curso com o objetivo de anular condenações criminais relacionadas à investigação. Esses processos ainda estão em andamento e seus desfechos podem afetar os interesses da Companhia.

Seguem abaixo operações não usuais relevantes que impactaram a Companhia em 2023 ou que ainda podem impactá-la, em decorrência da Operação Lava Jato:

a. Ação coletiva na Holanda

Em 23 de janeiro de 2017, a Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Rotterdam, contra a Petrobras e suas subsidiárias Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV), Petrobras Global Finance B.V. (PGF) e Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G), além de alguns ex-gestores da Companhia.

A Fundação alega que representa os interesses de um grupo não identificado de investidores e afirma que, com base nos fatos revelados pela Operação Lava-Jato, os réus agiram de maneira ilegal perante os investidores. Com base nessas alegações, a Fundação busca uma série de declarações judiciais por parte do tribunal holandês.

Em 26 de maio de 2021, após decisões intermediárias anteriores em que a Corte entendeu que possui jurisdição para julgar a maioria dos sete pedidos formulados pela Fundação, a Corte decidiu que a ação coletiva deve prosseguir e que a cláusula de arbitragem do Estatuto Social da Petrobras não impede que acionistas da Companhia tenham acesso ao Poder Judiciário holandês e tenham seus interesses representados pela Fundação. No entanto, estão excluídos do escopo da ação os investidores que já tenham iniciado arbitragem contra a Petrobras ou que sejam partes em processos judiciais nos quais tenha sido reconhecida de forma definitiva a aplicabilidade da cláusula de arbitragem.

Em 2021 e 2022, as partes apresentaram suas alegações e defesas por escrito em relação ao mérito da ação. A Corte marcou audiências para alegações orais, que ocorreram nos dias 17 e 24 de janeiro de 2023.

Em 26 de julho de 2023, a Corte emitiu decisão intermediária de mérito, determinando a produção de prova, em relação à qual as partes poderão se manifestar antes da publicação da sentença de mérito, que é recorrível. Além disso, o Tribunal adiantou os seguintes entendimentos, que deverão constar da sentença de mérito, dentre os quais: i) foram rejeitados os pedidos formulados contra PIB BV, PO&G e determinados ex-gestores da Petrobras; ii) o Tribunal declarou que a Petrobras e a PGF atuaram ilegalmente em relação aos seus investidores, embora não se considere suficientemente informado sobre aspectos relevantes das leis brasileira, argentina e de Luxemburgo para decidir definitivamente sobre o mérito da ação; e iii) os alegados direitos sob a legislação espanhola estão prescritos.

A Fundação não pode pedir indenização no âmbito da ação coletiva, o que dependerá não apenas de um resultado favorável aos interesses dos investidores na própria ação coletiva, mas também do ajuizamento de ações posteriores por ou em nome dos investidores pela própria Fundação, oportunidade em que a Petrobras poderá oferecer todas as defesas já apresentadas na ação coletiva e outras que julgar cabíveis, inclusive em relação à ocorrência e a quantificação de eventuais danos, que deverão ser provados. A eventual indenização pelos danos alegados somente será determinada por decisões judiciais em ações posteriores mencionadas anteriormente.

A ação coletiva diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: o escopo da cláusula compromissória do Estatuto da Petrobras, a jurisdição das cortes holandesas, o escopo do acordo que encerrou a *Class Action* nos Estados Unidos, a legitimidade da Fundação para representar os interesses dos investidores, as várias leis aplicáveis ao caso, a informação obtida a partir da fase de produção de provas, as análises periciais, o cronograma a ser definido pela Corte e as decisões judiciais sobre questões-chave do processo, os possíveis recursos, inclusive perante a Suprema Corte, bem como o fato de a Fundação buscar apenas uma decisão declaratória nesta ação coletiva.

A companhia, com suporte nas avaliações de seus assessores, considera que não há elementos indicativos suficientes para a qualificação do universo dos potenciais beneficiários de uma eventual decisão definitiva desfavorável aos interesses da Petrobras, tampouco para a quantificação dos danos supostamente indenizáveis.

Assim, não é possível prever no momento se a Companhia será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações em eventuais ações individuais futuras, porque essa análise dependerá do resultado desses procedimentos complexos. Além disso, não é possível saber quais investidores serão capazes de apresentar ações individuais subsequentes relacionadas a esse assunto contra a Petrobras.

Ademais, as alegações formuladas são amplas, abrangem um período plurianual e envolvem uma ampla variedade de atividades e, no cenário atual, os impactos de tais alegações são altamente incertos. As incertezas inerentes a todas essas questões afetam a duração da resolução final dessa ação. Como resultado, a Petrobras não é capaz de

produzir uma estimativa confiável da potencial perda resultante dessa ação. Não obstante, a Petrobras reitera sua condição de vítima do esquema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato e pretende apresentar e provar esta condição perante o tribunal holandês.

A Petrobras e suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e continuarão se defendendo firmemente.

b. Arbitragens no Brasil

A Petrobras responde a sete arbitragens instauradas perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, vinculada à B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Seis delas foram instauradas por múltiplos investidores nacionais e estrangeiros. A outra, instaurada por associação que não é acionista da Companhia, pretende ser coletiva, mediante representação de todos os acionistas minoritários da Petrobras que adquiriram ações na B3 entre 22 de janeiro de 2010 e 28 de julho de 2015. Os investidores pretendem que a Companhia os indenize pelos supostos prejuízos financeiros causados pela diminuição do preço das ações da Petrobras listadas em bolsa, no Brasil, decorrentes dos atos revelados pela Operação Lava Jato.

Essas arbitragens envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, cronogramas ainda a serem definidos pelos Tribunais Arbitrais, a obtenção de provas em poder de terceiros ou oponentes e análises de peritos.

Ademais, as pretensões formuladas são amplas e abrangem vários anos. As incertezas inerentes a todas essas questões afetam o montante e o tempo da decisão final destas arbitragens. Como resultado, a Companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da perda potencial nas arbitragens.

A depender do desfecho de todos esses casos, a Companhia poderá ter que pagar valores substanciais, os quais poderiam ter um efeito material adverso em sua condição financeira, nos seus resultados consolidados ou no seu fluxo de caixa consolidado em um determinado período. Entretanto, a Petrobras não reconhece responsabilidade pelos supostos prejuízos alegados pelos investidores nestas arbitragens, tampouco o cabimento de arbitragem coletiva.

A maioria das arbitragens ainda está distante de um desfecho, seja em estágios preliminares, seja iniciando a fase de produção de provas, de modo que não há previsão para sentença dos respectivos tribunais arbitrais.

Contudo, em uma das arbitragens, proposta por dois investidores institucionais, em maio de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial que indica a responsabilidade da Companhia, mas não determina o pagamento de valores pela Petrobras, tampouco encerra o procedimento. Essa arbitragem é confidencial, assim como as demais em curso, e a sentença parcial que não representa um posicionamento da Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM, mas unicamente dos três árbitros que compõem este painel arbitral, não se estende às demais arbitragens existentes. Em julho de 2020, a Petrobras ingressou com ação judicial para anulação dessa sentença arbitral parcial, por entender que ela contém graves falhas e impropriedades. Em novembro de 2020, a 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro anulou a sentença arbitral parcial, em razão dessas graves falhas e impropriedades apontadas pela Petrobras. O assunto, atualmente, encontra-se no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro para julgamento dos recursos interpostos. A Petrobras reitera que continuará a se defender vigorosamente, em respeito a seus atuais acionistas, em todas as arbitragens de que é parte.

c. Arbitragem na Argentina

Em setembro de 2018, a Petrobras foi citada na demanda arbitral proposta por Consumidores Damnificados Asociación Civil para su Defensa ("Associação") contra a Companhia e outras pessoas físicas e jurídicas, perante o Tribunal Arbitral da Bolsa de Valores de Buenos Aires ("Tribunal Arbitral"). Entre outras questões, a Associação alega a responsabilidade da Petrobras por uma suposta perda de valor de mercado das ações da Petrobras na Argentina, em razão dos fatos revelados pela Operação Lava Jato.

Em junho de 2019, a Companhia informou que o Tribunal Arbitral reconheceu a desistência da arbitragem pelo fato de a Associação não ter pagado a taxa de arbitragem no prazo estabelecido. A Associação recorreu ao Poder Judiciário argentino contra essa decisão, tendo sido rejeitados os recursos pelo Tribunal de Apelação em novembro

de 2019. A Associação interpôs novo recurso dirigido à Suprema Corte da Argentina, cujo seguimento foi denegado, razão pela qual a Associação apresentou novo recurso, o qual também foi negado, tendo a arbitragem sido enviada ao Tribunal Arbitral.

A Petrobras nega as alegações apresentadas pela Associação e irá se defender firmemente na arbitragem em referência.

d. Ação coletiva na Argentina

Em paralelo à arbitragem acima mencionada, em 10 de abril de 2023, a Petrobras compareceu em uma ação coletiva que foi proposta pela Consumidores Damnificados Asociación Civil (a “Associação”), perante a Corte Civil e Comercial de Buenos Aires, na Argentina, com a finalidade de apresentar defesa.

Entre outras questões, a Associação alega a responsabilidade da Companhia por uma suposta perda do valor de mercado dos valores mobiliários da Petrobras na Argentina, em decorrência de alegações formuladas no âmbito da Operação Lava Jato e seus reflexos nas demonstrações financeiras da Companhia anteriores a 2015. A Petrobras apresentou sua defesa em 30 de agosto de 2023.

Tal demanda não gera impactos financeiros e econômicos imediatos para a Companhia. A Petrobras nega as alegações apresentadas pela Associação e se defenderá com vigor das acusações formuladas.

e. Ações penais na Argentina

A Petrobras foi incluída como ré em ações penais na Argentina:

- i. Ação penal por alegado descumprimento da obrigação de publicar “fato relevante” na Argentina sobre a existência de uma ação coletiva movida por Consumidores Damnificados Asociación Civil para su Defensa (“Associação”) perante a Corte Comercial, de acordo com as disposições da lei argentina de mercado de capitais. Vale ressaltar que a Petrobras não foi citada no âmbito da referida ação coletiva durante o período em que foi listada na Bolsa de Buenos Aires. Em 4 de março de 2021, o Tribunal (Sala A da Camara Penal Econômico) decidiu que a competência para o julgamento desta ação penal deve ser transferida do Tribunal Econômico Criminal n° 3 da cidade de Buenos Aires para o Tribunal Econômico Criminal n° 2 dessa mesma cidade. A Petrobras apresentou defesas processuais e de mérito perante o tribunal criminal, mas o Tribunal Econômico Criminal n° 2 ainda não proferiu uma decisão.
- ii. Ação Penal relacionada a uma suposta oferta fraudulenta de valores mobiliários, agravada pelo fato de a Petrobras supostamente ter declarado dados falsos nas suas demonstrações financeiras anteriores a 2015. A Petrobras apresentou defesas processuais, atualmente objeto de recursos em instâncias recursais da Justiça argentina. Em 21 de outubro de 2021, após recurso da Associação, o Tribunal de Apelações revogou a decisão de primeira instância que havia reconhecido a imunidade de jurisdição da Petrobras e recomendou que o Juízo de primeira instância promovesse algumas diligências para certificar se a Companhia poderia ser considerada criminalmente imune na Argentina para posterior reavaliação do tema. A Petrobras recorreu contra essa decisão perante a Corte de Cassação, tendo o recurso da Companhia sido negado. Após o juízo de primeira instância negar a imunidade de jurisdição à Petrobras, a Companhia recorreu ao Tribunal. Em 27 de dezembro de 2022, o Tribunal considerou novamente a decisão de primeira instância prematura, determinando a emissão de uma terceira decisão. Em 30 de maio de 2023, o tribunal inferior negou o reconhecimento de imunidade de jurisdição da Petrobras, tendo sido apresentado um recurso contra essa decisão, que ainda está pendente de julgamento. Em outro aspecto processual, em 14 de setembro de 2022, a decisão que havia reconhecido que a Associação não poderia atuar como representante dos consumidores financeiros foi reformada pela Corte de Cassação após um recurso da Associação. Em 2 de novembro de 2022, a Petrobras apresentou um recurso contra essa decisão perante a Suprema Corte argentina, que ainda está pendente de julgamento. Esta ação penal está pendente perante o Tribunal Criminal Econômico n° 2 da cidade de Buenos Aires.

f. Ação judicial nos Estados Unidos relacionada à Sete Brasil Participações S.A. (“Sete”)

Em fevereiro de 2016, a EIG Management Company, LLC e alguns fundos afiliados (em conjunto denominados “EIG”) ajuizaram uma demanda perante a Corte Distrital do Distrito de Columbia em Washington, D.C. com relação à compra indireta de participações societárias na Sete Brasil, uma empresa criada para construir plataformas com alto conteúdo local. Nesse processo, a EIG alega que a Petrobras teria induzido os autores a investir na Sete Brasil e que era uma das responsáveis pela crise financeira da Sete, que entrou com processo de recuperação judicial no Brasil.

Em 2017, a Corte Distrital negou o pedido de arquivamento sumário apresentado pela Petrobras, tendo decidido que o processo deveria seguir para a fase de produção de provas. Houve a interposição de recursos por parte da Petrobras, tendo tal fase recursal perdurado até 16/01/2020, quando a decisão da Corte do Distrito de Colúmbia se tornou definitiva. Durante o ano de 2020, as partes se envolveram em extensas trocas de documentos e outras provas documentais. As partes também ouviram os depoimentos de diversas testemunhas dos fatos. Em 2021, além da continuidade de tais oitivas, foram produzidas provas periciais, bem como as partes apresentaram pedidos para que o caso fosse julgado sumariamente (*motion for summary judgment*).

Em 8 de agosto de 2022, o juiz acolheu o pleito da EIG quanto à responsabilidade da Petrobras pelos alegados prejuízos, mas negou o pedido de julgamento antecipado (*motion for summary judgment*) com relação a danos, com o que a concessão de indenização estará sujeita à comprovação dos danos pela EIG em audiência de julgamento e à apreciação das defesas pela Companhia. Na mesma decisão, cujos reflexos foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia no 3T/2022, o juiz negou o pedido de extinção do processo com base na imunidade de jurisdição da Petrobras, razão pela qual foi apresentado recurso perante a Corte Federal de Apelações do Distrito de Colúmbia.

Em 26 de agosto de 2022, foi apresentado requerimento pela Petrobras para que a ação fosse suspensa até o julgamento do referido recurso, tendo tal suspensão sido concedida pelo juiz em 26 de outubro de 2022.

Em 17 de outubro de 2023, as partes apresentaram suas razões oralmente perante os juízes da Corte Federal de Apelações do Distrito de Colúmbia, estando pendente uma decisão sobre o recurso interposto pela Petrobras.

Em outro requerimento apresentado pela EIG, a Corte Distrital de Amsterdã concedeu medida cautelar em 26 de agosto de 2022, para bloquear determinados ativos da Petrobras na Holanda. A decisão foi fundamentada naquela proferida pela Corte Distrital do Distrito de Columbia, em 8 de agosto de 2022, e teve como propósito garantir a satisfação dos pedidos da EIG contidos no processo norte-americano mencionado anteriormente. Apenas para o fim dessa cautelar, a Corte Distrital de Amsterdã limitou os pedidos da EIG em um total de cerca de US\$ 297,2 milhões, embora a Corte norte-americana tenha decidido que qualquer concessão de indenização dependerá da comprovação de danos pela EIG em audiência de julgamento. Há algumas discussões sobre o escopo dos bens bloqueados pela EIG, mas não há nenhum processo pendente a esse respeito na Holanda. Tal bloqueio cautelar não impede o cumprimento de obrigações da Petrobras e de suas subsidiárias perante terceiros.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Informações do Consolidado

R\$ milhões	2023
EBITDA	255.546
EBITDA Ajustado	262.227
Margem do EBITDA Ajustado (%)	51
Disponibilidades Ajustadas (fim do período)	86.670
Dívida Bruta	303.062
Dívida Líquida	216.392
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	0,85x

1 - índice calculado em dólar (dívida líquida de US\$ 44.698 e EBITDA ajustado de US\$ 52.414).

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado Total (R\$ milhões)	2023
Lucro líquido (prejuízo)	125.166
Resultado Financeiro líquido	11.861
Imposto de renda e contribuição social	52.315
Depreciação, depleção e amortização	66.204
EBITDA	255.546
Resultado de participações em investidas por equivalência patrimonial	1.480
Reversão (Perda), líquida, no valor de recuperação de ativos - Impairment	13.111
Realização dos resultados abrangentes por alienação de participação societária	0
Resultado com acordo de coparticipação em áreas licitadas	(1.399)
Resultado com alienações e baixas de ativos	(6.511)
EBITDA Ajustado	262.227
Margem do EBITDA Ajustado (%)	51

Disponibilidades Ajustadas, Dívida Bruta e Líquida

R\$ milhões	31.12.2023
Empréstimos e Financiamentos	139.431
Mercado de capitais	84.787
Mercado bancário	41.462
Bancos de fomento	3.379

Agências de créditos à exportação	9.055
Outros	748
Financiamento por arrendamento	163.631
Dívida Bruta	303.062
Caixa e equivalentes de caixa	-61.613
Títulos públicos federais e <i>Time Deposits</i> e CDB	-25.057
Disponibilidades Ajustadas	-86.670
Dívida Líquida	216.392
Patrimônio Líquido	382.340
Taxa média dos financiamentos (% a.a.)	6,40%
Prazo médio da dívida (anos)	11,38

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

As medições não contábeis informadas neste item 2.5 serão detalhadas a seguir. Importa esclarecer que tais medições não estão previstas nas normas internacionais de contabilidade - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além disso, não devem ser base de comparação com o divulgado por outras empresas e não devem ser consideradas como substitutas, e sim como informações adicionais que devem ser avaliadas em conjunto com qualquer outra medida calculada de acordo com o IFRS e com os pronunciamentos emitidos pelo CPC, visando um melhor entendimento sobre o desempenho e condições financeiras da Companhia.

EBITDA

O EBITDA é um indicador calculado como sendo o lucro líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização. A Petrobras divulga o EBITDA, conforme faculta a Instrução CVM n° 527 de outubro de 2012.

EBITDA Ajustado

Visando refletir a visão dos Administradores quanto à formação do resultado das atividades correntes da Companhia, o EBITDA também é apresentado ajustado (EBITDA Ajustado) pelos seguintes itens: resultado da participação em investimentos, *impairment*, realização dos resultados abrangentes por alienação de participação societária, resultados com acordo de coparticipação em áreas licitadas e o resultado com alienação e baixa de ativos.

O EBITDA Ajustado, quando refletindo o somatório dos últimos 12 meses, também representa uma alternativa da geração operacional de caixa da Companhia. Essa medida é utilizada para cálculo da métrica Dívida Bruta e Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado, auxiliando na avaliação da alavancagem e liquidez da Companhia.

Margem do EBITDA Ajustado

A Margem do EBITDA Ajustado é igual ao EBITDA Ajustado, dividido pela receita de vendas.

A Companhia utiliza a Margem do EBITDA Ajustado por refletir a visão dos administradores quanto à formação do resultado das atividades correntes da Companhia e entende ser um bom indicador da margem operacional.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta é calculada como a soma dos empréstimos e financiamentos e arrendamentos de curto e longo prazos.

A Dívida Líquida é a Dívida Bruta subtraída do saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos públicos federais e *time deposits* (Disponibilidades Ajustadas).

Índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado

Essa medida é utilizada pela Companhia para auxiliar na avaliação da alavancagem e liquidez.

Disponibilidades Ajustadas

Somatório de disponibilidades e investimentos em títulos governamentais e aplicações financeiras no exterior em *time deposits* de instituições financeiras de primeira linha, com vencimentos superiores a três meses a partir da data de aplicação, considerando a expectativa de realização desses investimentos no curto prazo.

A administração acredita que essa medição é uma informação suplementar para avaliar a liquidez e auxilia a gestão da alavancagem.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

a) Recebimento do Earn Out de Atapu e Sépia

Em janeiro de 2024, a companhia recebeu à vista o montante de R\$ 1.819 milhões (US\$ 371 milhões), referente ao complemento da compensação firme (*earn out*) do exercício de 2023 dos campos de Sépia e Atapu. O montante já inclui o valor do *gross-up* dos impostos incidentes referentes às participações em Sépia de 28%, 21% e 21% da TotalEnergies EP Brasil Ltda, PETRONAS Petróleo Brasil Ltda e QatarEnergy Brasil Ltda, respectivamente, e em Atapu de 25% e 22,5% da Shell Brasil Petróleo Ltda e TotalEnergies EP Brasil Ltda.

b) Petrobras assina acordo com a ANP

Em 30 de janeiro de 2024, a Petrobras assinou acordo com a ANP para encerramento de processo judicial acerca do recálculo de participações governamentais (royalties e participação especial) relativas à produção de petróleo no Campo de Jubarte, nos períodos de agosto de 2009 a fevereiro de 2011 e dezembro de 2012 a fevereiro de 2015.

O acordo envolve o pagamento de R\$ 832 milhões, atualizados em dezembro de 2023, a ser corrigido até a data de quitação da primeira parcela. Os valores do acordo referentes às participações governamentais serão pagos em parcela inicial de 35% e o remanescente em 48 parcelas corrigidas pela taxa SELIC. Em 4 de março de 2024, o referido acordo foi homologado pelo Juízo da 23ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Reserva legal - É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404 (“Lei das Sociedades por Ações” - “LSA”). O saldo dessa reserva atingiu o limite legal em 31 de dezembro de 2023, totalizando R\$ 41.086 milhões, tendo sido destinado o valor de R\$ 6.160 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, montante que representa 5% do lucro declarado.

Reserva estatutária de pesquisa e desenvolvimento tecnológico - É constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício, até o limite de 5% do capital social, de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo dessa reserva atingiu o limite em 31 de dezembro de 2023, tendo sido destinado o valor de R\$ 634 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, montante que representa 0,5% do lucro declarado.

Reserva estatutária de remuneração de capital - É constituída mediante destinação de até 70% (setenta por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, observados o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e a Política de Remuneração aos Acionistas, até o limite do capital social. Essa reserva tem como finalidade assegurar recursos para o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, ou outra forma de remuneração aos acionistas prevista em lei, suas antecipações, recompras de ações autorizadas por lei, absorção de prejuízos e, como finalidade remanescente, incorporação ao capital social.

O saldo acumulado das reservas estatutárias, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, conforme artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, não poderá ultrapassar o capital social, de acordo com o artigo 56, incisos I e II, e §1º e 2º, do Estatuto Social da Companhia. O valor destinado para reserva de remuneração de capital no exercício de 2023 foi R\$ 43.871 milhões, montante que representa 35,2% do lucro declarado.

Reserva de incentivos fiscais. - É constituída mediante destinação de parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da LSA. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. O valor destinado para reserva de incentivos fiscais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.555 milhões, montante que representa 1,2% do lucro declarado.

Reserva de retenção de lucros - É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Não houve destinação do lucro líquido do exercício de 2023 para a reserva de retenção de lucros.

a.i. Valores das Retenções de Lucros:

O valor do somatório das retenções de lucros em reservas legal, estatutárias e de incentivos fiscais sobre o valor total dos lucros declarados no exercício de 2023 foi de R\$ 52.220 milhões.

a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados:

O percentual do valor do somatório das retenções de lucros em reservas legal, estatutárias e de incentivos fiscais sobre o valor total dos lucros declarados no exercício de 2023 foi de 41,9%.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Dispõe o Estatuto Social da Companhia:

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos e/ou juros de capital próprio, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital da Companhia (Artigo 8º).

As ações preferenciais têm prioridade no recebimento dos dividendos, no mínimo, de 3% do valor do patrimônio líquido da ação, ou de 5% calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, prevalecendo sempre o maior, participando em igualdade com as ações ordinárias, nos aumentos do capital social decorrentes de incorporação de reservas e lucros (Artigo 5º, §2º).

Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, a Companhia efetuará o pagamento de dividendos e de juros de capital próprio devidos aos acionistas, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social correspondente, observadas as normas legais pertinentes (Artigo 9º, *caput*).

Os dividendos não reclamados pelos acionistas dentro de 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia (Artigo 10).

Os valores dos dividendos e juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral (Artigo 11).

A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, até o montante do saldo de lucros e de reservas disponíveis, exceto a legal, sem diminuição do capital social, observada a legislação em vigor (artigo 4, §2º).

A Política de Remuneração aos Acionistas prevê que:

A remuneração aos acionistas da Petrobras deverá ocorrer por meio de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e/ou de recompra de suas próprias ações. A recompra, quando ocorrer, deverá ser realizada por meio de programa estruturado aprovado pelo Conselho de Administração.

As recompras de ações realizadas no contexto da Política de Remuneração aos Acionistas terão sempre como objetivo manutenção das ações adquiridas em tesouraria e posterior cancelamento.

- 4.1. A Companhia estabelece uma remuneração mínima anual de US\$ 4 bilhões para exercícios em que o preço médio do Brent for superior a US\$ 40/bbl, a qual poderá ser distribuída independentemente do seu nível de endividamento, desde que observados os princípios previstos nessa Política.
- 4.1.1 A remuneração mínima anual será equivalente para as ações ordinárias e as ações preferenciais, desde que supere o valor mínimo para as ações preferenciais previsto no Estatuto Social da Companhia.
- 4.2. Em caso de dívida bruta igual ou inferior ao nível máximo de endividamento definido no plano estratégico em vigor e de resultado positivo acumulado, a serem verificados no último resultado trimestral apurado e aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia deverá distribuir aos seus acionistas 45% do fluxo de caixa livre, conforme equação abaixo, desde que o resultado desta fórmula seja superior ao valor previsto no item 4.1 e não comprometa a sustentabilidade financeira da Companhia:

Remuneração aos acionistas = 45% x Fluxo de Caixa Livre, onde:

Fluxo de caixa livre: fluxo de caixa operacional deduzido das aquisições de ativos imobilizados, intangíveis e participações societárias.

Fluxo de caixa operacional: recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais apresentados na demonstração dos fluxos de caixa do consolidado.

Aquisições de ativos imobilizados, intangíveis e participações societárias: pagamentos realizados pela Companhia para aquisição de ativos imobilizados, intangíveis e participações societárias, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa do consolidado. As aquisições de participações societárias incluem aportes,

adiantamentos para futuro aumento de capital e aquisição e/ou aumento do percentual de participação, inclusive em controladas. Não serão adicionados os recebimentos e/ou deduzidos os pagamentos de outras transações das atividades de investimentos e de financiamentos apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa do consolidado, assim como pagamentos referentes a recompras de ações de emissão da Companhia.

- 4.2.1 A fórmula acima será aplicada, a cada trimestre, sobre os fluxos de caixa do consolidado da Companhia do respectivo trimestre.
- 4.2.2 Eventuais valores relativos às recompras de ações realizadas pela Companhia, apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa do consolidado de cada período, serão deduzidos do valor resultante da fórmula aplicada a cada trimestre.
- 4.3 A Companhia poderá, em casos excepcionais, realizar distribuição de remuneração extraordinária aos acionistas, superando o dividendo mínimo legal obrigatório e/ou os valores estabelecidos nos itens 4.1 e 4.2, desde que a sustentabilidade financeira da Companhia seja preservada.
- 4.4 A distribuição de remuneração aos acionistas deverá ser feita trimestralmente.
- 4.5 A Companhia poderá excepcionalmente promover a distribuição de remuneração aos acionistas mesmo na hipótese de não verificação de lucro líquido, uma vez atendidas as regras previstas na Lei 6.404/76 e observados os critérios definidos na política.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Dispõe o Estatuto Social da Companhia:

A Companhia poderá, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, antecipar valores a seus acionistas, a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio, sendo esses corrigidos pela taxa SELIC desde a data do efetivo pagamento até o encerramento do respectivo exercício social, na forma prevista no artigo 204 da LSA (parágrafo único do Artigo 9º).

Dispõe a Política de Remuneração aos Acionistas:

A distribuição de remuneração aos acionistas será feita trimestralmente.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração aos Acionistas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28/07/2023. O documento encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia: [Política de Remuneração aos Acionistas](#).

Valores aprovados no exercício de 2023

Em relação ao exercício de 2023, a proposta de remuneração aos acionistas a ser encaminhada para aprovação da AGO de 2024, no montante de R\$ 72.419 milhões (R\$ 5,56928679 por ação preferencial e ordinária em circulação), contempla o dividendo mínimo obrigatório de R\$ 29.223 milhões, equivalente ao percentual de 25% do lucro líquido ajustado, além de dividendos adicionais de R\$ 43.196 milhões oriundos da parcela remanescente dos lucros acumulados do exercício. Essa proposta é superior à prioridade das ações preferenciais e está aderente à política de remuneração aos acionistas.

O valor por ação dos dividendos propostos pode sofrer variação até a data da AGO, data da posição acionária, em decorrência do programa de recompra que reduz o número de ações em circulação.

Vale observar que a Petrobras aprovou em agosto de 2023 um programa de recompra de suas ações (“Programa de Recompra”), sem redução do capital social. O Programa de Recompra abrange apenas as ações preferenciais da Companhia e é realizado no contexto da Política de Remuneração de Acionistas vigente. Durante o prazo de 12 meses, foi autorizada a recompra de até 157,8 milhões de ações preferenciais, representando cerca de 3,5% do total de ações preferenciais em circulação (*free float*) das ações preferenciais. Ao longo de 2023, a Petrobras recomprou 104.064.000 ações preferenciais de sua emissão, correspondendo a 65,9% do Programa de Recompra. Todas as ações estão mantidas em tesouraria para posterior cancelamento.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A tabela a seguir resume as obrigações que não atendem aos critérios de reconhecimento previstos nas normas internacionais de contabilidade (*off balance*) em 31 de dezembro de 2023:

Obrigações Contratuais

	Pagamentos com vencimento por período (R\$ milhões)				
	Total	2024	2025-2026	2027-2028	2029 em diante
Outros compromissos contratuais					
Gás natural ship or pay	104.634	15.189	26.374	22.403	40.668
Serviços contratados	344.610	117.759	76.249	46.355	104.247
Compromisso de compra de GN ⁽¹⁾	12.830	7.642	5.188	-	-
Compromissos relacionados a arrendamentos mercantis ainda não iniciados	316.419	45.059	66.472	351	204.537
Financiamentos por Arrendamento de curto prazo	129	129	-	-	-
Compromissos de compra	46.866	35.347	8.729	2.330	460
Total	825.488	221.125	183.012	71.439	349.912

1- Informações estimadas com base na curva de oferta e demanda esperada do Plano Estratégico 2024-2028, aprovado em 23 de novembro de 2023.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que não estejam no item anterior.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os contratos não evidenciados nas demonstrações financeiras estão relacionados às atividades operacionais da Companhia e o registro contábil decorrerá da efetiva utilização do bem ou serviço. Tais itens ainda não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos ainda não integralmente cumpridos e, em consequência, não há reconhecimento dos ativos ou despesas correspondentes.

b. natureza e o propósito da operação

Vide item “a” acima.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Vide item “a” acima.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

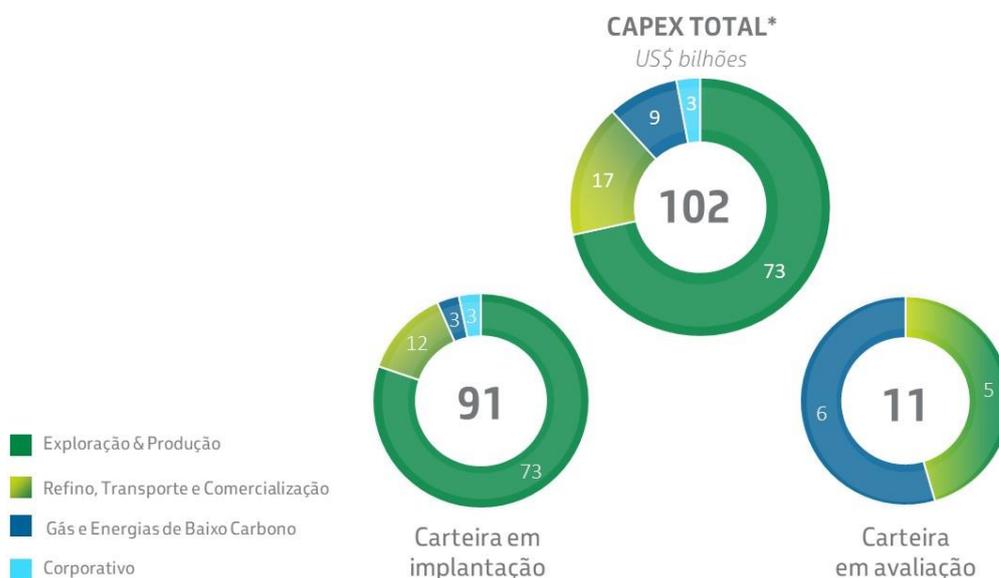
i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Conforme fato relevante divulgado em 23 de novembro de 2023, o Conselho de Administração (CA) da Petrobras aprovou o Plano Estratégico 2024-2028+ (“PE 2024-28+”) da Companhia, com as seguintes informações sobre investimentos (CAPEX):

O CAPEX total previsto para o período 2024-2028 totaliza US\$ 102 bilhões, 31% superior ao plano passado, sendo US\$ 91 bilhões correspondentes a projetos em implantação (“Carteira em Implantação”) e US\$ 11 bilhões compostos por projetos em avaliação (“Carteira em Avaliação”), sujeitos a estudos adicionais de financiabilidade antes do início da contratação e execução. Quando concluídos os estudos e comprovada sua viabilidade econômica, esses projetos podem migrar para a Carteira em Implantação, mediante aprovação do CA. O estudo de financiabilidade para projetos em avaliação é um item adicional à governança estabelecida de aprovação de projetos, que está mantida para ambas as carteiras. Essa forma de apresentação da carteira demonstra compromisso com a transparência e mais um avanço na governança de aprovação dos projetos.

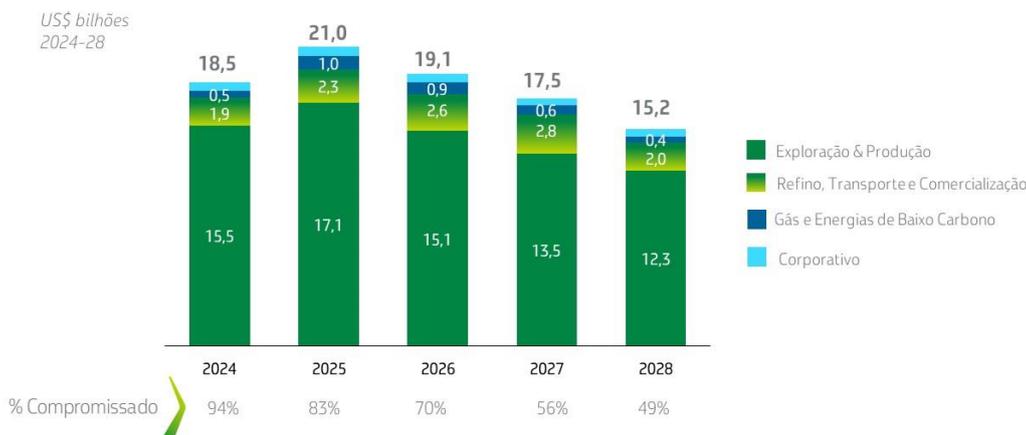
O aumento do CAPEX está associado principalmente a novos projetos, incluindo potenciais aquisições; ativos que estavam em desinvestimentos e voltaram para a carteira de investimentos da Companhia; e a inflação de custos, que impactou toda a cadeia de suprimentos.

O CAPEX do segmento Exploração e Produção (E&P) representa 72% do total, seguido pelo Refino, Transporte e Comercialização (RTC) com 16%, Gás e Energias de Baixo Carbono (G&E) com 9% e o Corporativo com 3%.



* Não inclui US\$ 12 bilhões em leasings de FPSOs. Inclui potenciais aquisições

CAPEX ANUAL EM IMPLANTAÇÃO

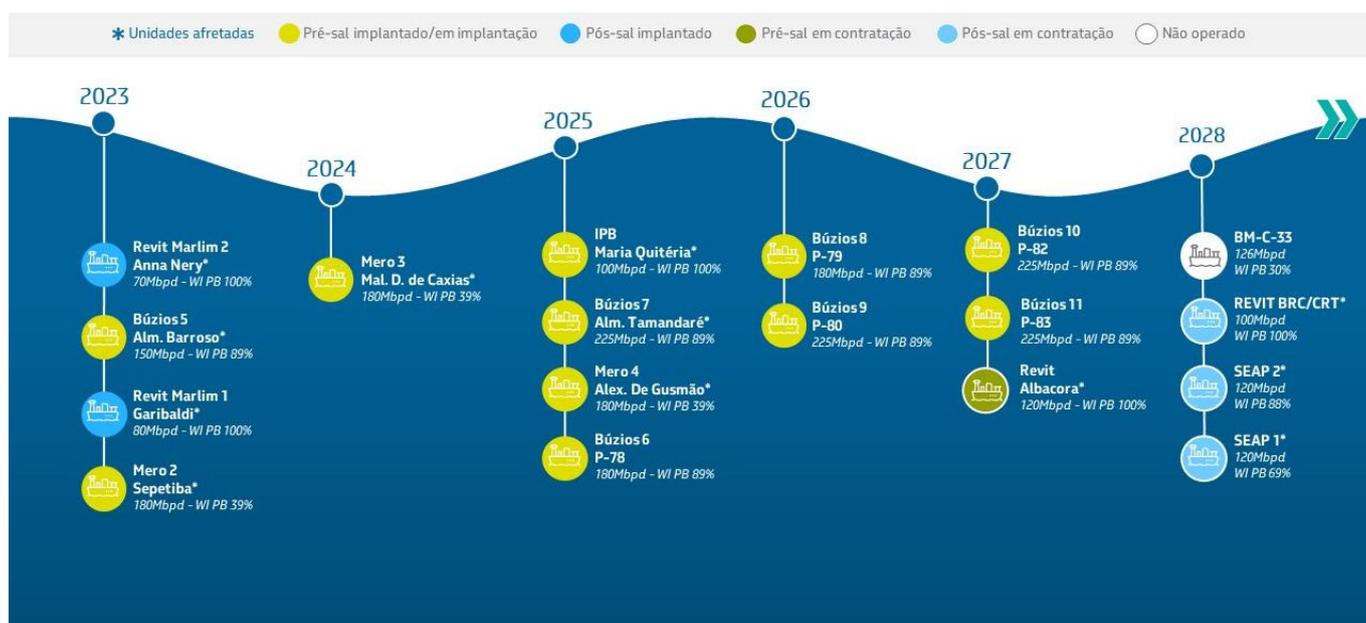


Exploração e Produção

O CAPEX do E&P para o período 2024-2028 soma US\$ 73 bilhões, com cerca de 67% destinados para o pré-sal, que tem grande diferencial competitivo econômico e ambiental, com produção de óleo de melhor qualidade e com menores emissões de gases de efeito estufa.

O segmento de E&P mantém sua relevância para a Companhia com o foco estratégico em ativos rentáveis e investimentos compatíveis com uma visão de longo prazo alinhada à transição energética. Ao mesmo tempo, a Companhia mantém grandes projetos de revitalização em águas profundas (REVIT), além de projetos complementares, a fim de aumentar os fatores de recuperação em campos maduros.

O novo plano considera a entrada de quatorze novas plataformas (FPSOs) no período 2024-2028, dez das quais já contratadas. Está sendo construída uma nova geração de plataformas, mais modernas, mais tecnológicas, mais eficiente e com menores emissões.



No que tange à exploração, destinam-se US\$ 7,5 bilhões de investimentos no quinquênio, distribuídos da seguinte forma: (i) US\$ 3,1 bilhões para exploração na Margem Equatorial; (ii) US\$ 3,1 bilhões destinados à exploração nas

Bacias do Sudeste; e (iii) US\$ 1,3 bilhão para outros países. Está incluída nesse investimento a perfuração de cerca de 50 poços em áreas onde a Companhia possui direito de exploração em blocos adquiridos.

Refino, Transporte e Comercialização

O CAPEX do RTC totaliza US\$ 17 bilhões para o período 2024-2028. O segmento segue com foco no melhor aproveitamento dos ativos de refino e logística e maior eficiência energética, visando ampliar a capacidade de produção de diesel e aumentar gradualmente a oferta de produtos para mercado de baixo carbono.

O PE 2024-28+ prevê o aumento de capacidade de processamento nas refinarias em 225 mil barris por dia (bpd) e da produção de diesel S-10 em mais de 290 mil bpd até 2029, suportado pela entrada de grandes projetos como o Trem 2 da RNEST, Revamps de unidades atuais e implantação de novas unidades de produção de diesel (HDT) na REVAP, REGAP, REPLAN, RNEST e GASLUB.

Um dos destaques do novo plano é a ampliação do Programa Reftop para todo o parque de refino. Por meio desse programa, a Petrobras vem atingindo as suas metas de eficiência e confiabilidade, e almeja colocar o seu parque industrial entre os melhores do mundo em eficiência operacional e energética até 2030.

Em biorrefino, a Companhia prevê investimentos de US\$ 1,5 bilhão. Esses investimentos suportarão o crescimento da capacidade de produção de Diesel R5, com 5% de conteúdo renovável, na REPAR, RPBC, REDUC e REPLAN. Também está prevista a instalação de plantas dedicadas de BioQAV e diesel 100% renovável na RPBC e no GASLUB, que serão concluídas após 2028.

O Plano fortalece a Petrobras no mercado brasileiro integrando a cadeia de valor desde a produção, refino, logística até o mercado. Serão investidos US\$ 2,1 bilhões em iniciativas para remoção de gargalos logísticos. Com ampliação e adequação da infraestrutura, investimento em terminais para otimizar as operações, ampliação de modais e melhoria da eficiência e resiliência. Entre os projetos está a construção de quatro navios da classe *handy*, que serão operados pela Transpetro, além de estudos para outras embarcações.

No segmento de Petroquímica, a Petrobras planeja atuar de forma integrada, maximizando sinergias com seu parque de refino e produção de óleo e gás. Estão em estudo investimentos em petroquímica considerando tanto projetos nos atuais ativos como aquisições.

No PE 2024-28+, a Petrobras também marca seu retorno ao segmento de fertilizantes, com planos de retomar a operação da ANSA (Araucária Nitrogenados S.A.) e a conclusão das obras da UFN III.

Gás & Energia

O CAPEX da área de G&E soma US\$ 3 bilhões no quinquênio. O segmento avança na atuação competitiva e integrada no comércio de gás e energia e no aprimoramento do portfólio, atuando para a inserção de fontes renováveis, alinhada às ações de descarbonização.

Uma das prioridades da Petrobras nesse segmento é ampliação da infraestrutura e portfólio de ofertas de gás natural. Considerando os investimentos em produção e escoamento de gás no segmento E&P, a Companhia planeja aumentar a oferta de gás nacional da Petrobras investindo cerca de US\$ 7 bilhões nos próximos cinco anos.

Em 2024, entra em operação o Rota 3, com planta de processamento com capacidade de 21 MM m³/dia e gasoduto com capacidade de 18 MM m³/dia. Em 2028, entra em operação o gasoduto do Projeto Raia (BM-C-33), com capacidade de 16 MM m³/dia; e, em 2029, o gasoduto do projeto Sergipe Águas Profundas - SEAP, com capacidade de 18 MM m³/dia.

Para informações sobre oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões Ambiental, Social e Governança (ASG), ver subitem “d” mais abaixo.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais premissas para a financiabilidade do PE 2024-28+ são:

a. Brent e taxa de câmbio real:

Premissas para o período:

	2024	2025	2026	2027	2028
Brent (US\$/barril)	80	78	75	73	70
Taxa de câmbio real (R\$/US\$)	5,05	5,04	5,03	4,98	4,90

- b. Caixa de referência definido no plano estratégico de US\$ 8 bilhões
- c. Balanço sólido com endividamento inferior a US\$ 65 bilhões, com dívida financeira inferior à de *leasings*
- d. Dividendos conforme Política de Remuneração aos Acionistas vigente

A figura abaixo detalha as fontes e usos previstos no horizonte do plano:



A Companhia reforça que os investimentos devem ser financiados prioritariamente pelo fluxo de caixa operacional, em níveis equivalentes às companhias congêneres, e preferencialmente por meio de parcerias que permitam compartilhar riscos e *expertise*. Devem buscar o retorno do investimento, a redução do custo de capital, e o fortalecimento da Petrobras como uma empresa de energia integrada, maximizando o valor da Companhia.

Para mais informações sobre o PE 2024-28+, ver Fato Relevante “Petrobras aprova Plano Estratégico 2024-2028+” de 23 de novembro de 2023, além da apresentação do plano, ambos arquivados na CVM e divulgados no site da Companhia.

iii. **desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

O novo direcionador estratégico do PE 2024-28+ levou a Petrobras a considerar em maior medida oportunidades de investimentos, incluindo aquisições e parcerias, reduzindo, por outro lado, os desinvestimentos, foco da Companhia nos últimos anos.

Nesse contexto, seguem abaixo os processos de desinvestimento em andamento, até a data de arquivamento deste relatório:

- UEG Araucária SA - termoelétrica (contrato assinado, mas pendente de conclusão)

- Polo Urugá-Tambaú - campos em águas profundas na Bacia de Campos (contrato assinado, mas pendente de conclusão)
- Energética Suape II - termelétrica (etapa vinculante)
- Brasympe Energia S.A - termelétrica (etapa vinculante)
- Direitos minerários no Amazonas - títulos minerários de sais de potássio para pesquisa e lavra (etapa vinculante)

Em relação aos desinvestimentos concluídos em 2023, ver item 2.4.b deste Formulário de Referência.

Acordos com o CADE

Em 2019, a Petrobras assinou dois acordos com o CADE - um relacionado ao refino e outro ao gás - se comprometendo, entre outros, com o desinvestimento da REFAP, REPAR, RNEST, REGAP, LUBNOR e TBG. Entretanto, diante do novo direcionador estratégico apresentado no PE 2024-28+, em 28 de novembro de 2023, a Companhia requereu ao CADE a renegociação dos acordos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

O aumento da capacidade produtiva da Petrobras se dá, principalmente, por meio da implantação de projetos novos, de ampliação e/ou modernização de ativos, alinhados ao plano estratégico da companhia, que são divulgados no item 2.10.a.(i) do Formulário de Referência.

Adicionalmente, cabe mencionar que, em 2023, a Petrobras adquiriu direitos de exploração em 29 blocos exploratórios na bacia Pelotas, no 4º Ciclo de Oferta Permanente de Concessão, além da aquisição da participação de três blocos exploratórios em São Tomé e Príncipe. Como são direitos de exploração, a Companhia não tem como determinar, neste momento, se esse fato influenciará na capacidade produtiva do emissor no futuro.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia tem um histórico de sucesso no desenvolvimento e implantação de tecnologias inovadoras desde a exploração de bacias petrolíferas, implantação de sistemas de produção em águas profundas até o refino e produção de derivados do petróleo. Como resultado, conquistou por cinco vezes (1992, 2001, 2015, 2020 e 2024) o *Distinguished Achievement Award for Companies*, concedido anualmente pela Offshore Technology Conference (OTC). Em 2019 e em 2023, a edição brasileira da conferência (OTC Brasil) lhe concedeu o *Distinguished Achievement Award*.

O portfólio de projetos de P&D da Companhia alinha-se com as necessidades dos seus ativos e com as iniciativas de diversificação de mercado, no contexto da transição energética em curso. Isso envolve a exploração de potenciais canais de receitas nos quais a tecnologia proporciona uma vantagem estratégica, tais como captura, utilização e sequestro de CO₂ ("CCUS"), biocombustíveis, geração de energia eólica offshore e produtos renováveis.

A Companhia está investindo ativamente em tecnologias para melhorar a eficiência operacional das suas refinarias, com destaque para ações em eficiência energética alinhadas com o programa RefTOP e Petrobras NetZero. Além disso, a carteira de P&D da Petrobras possui projetos que visam aumento de valor agregado e de qualidade dos seus produtos, assim como uma operação mais flexível e segura das suas refinarias. Como exemplos, pode-se citar o desenvolvimento do FCC Petroquímico, gêmeos digitais de processo e de integridade, soluções robóticas e soluções em processo e catalisadores para adequação do parque de refino frente às futuras especificações de combustíveis.

Adicionalmente, a Petrobras se dedica ao desenvolvimento de novos produtos e métodos inovadores de comercialização. Um marco importante em sua jornada foi a conquista do primeiro processamento mundial de

óleo 100% vegetal em uma unidade de Craqueamento Catalítico Fluido (FCC) na Refinaria Riograndense, concluído em novembro de 2023.

A Petrobras opera um centro dedicado a pesquisas, desenvolvimento e inovação (Cenpes), que é um dos maiores do setor de energia, bem como um dos maiores do hemisfério sul. As instalações do Cenpes possuem uma área total de 308.000 m², contando com 116 laboratórios e mais de 4.600 equipamentos, incluindo equipamentos de tecnologias de ponta. Em 31 de dezembro de 2023, o Cenpes possuía 1.076 empregados, dos quais 90,4% dedicados exclusivamente à área de PD&I.

A Companhia também possui plantas de testes em escala semi-industrial localizadas próximas de unidades industriais, as quais têm como objetivo acelerar a prototipagem e o aumento de escala no desenvolvimento de novas tecnologias com custos reduzidos.

Com a missão de “imaginar, criar e fazer hoje o futuro da Petrobras”, o Cenpes atua em parceria com universidades e instituições de pesquisa nacionais e estrangeiras, fornecedores, startups e outras operadoras e tem como objetivo desenvolver tecnologias para viabilizar o cumprimento do Plano Estratégico, além de antecipar tendências que possam criar opções estratégicas.

Atualmente, cerca de 38,6% do portfólio de P&D faz uso intensivo de tecnologias digitais como big data, computação de alto desempenho e inteligência artificial.

Os principais destaques em pesquisa e desenvolvimento da Petrobras em 2023 foram:

- Desenvolvimento de tecnologias que permitiram otimização de investimentos, redução de custos e de incertezas, como: o novo protótipo Lidar Flutuante, equipamento capaz de medir a velocidade e direção do vento, o primeiro desenvolvido no Brasil; o novo tipo de sensor sísmico que incorpora baterias de longa duração e inclui capacidade de comunicação óptica e acústica entre o Nodes e veículos subaquáticos autônomos, permitindo múltiplas pesquisas (monitoramento de reservatórios) dentro de um período de cinco anos sem remover o Nodes do fundo do mar; e os novos equipamentos que viabilizaram uma nova arquitetura de completação inteligente de poços.
- Desenvolvimento e implantação de tecnologias que contribuíram para eficiência operacional, como: a Solução Tecnológica Ativo360, uma plataforma digital de ferramentas e aplicativos para a gestão da integridade de ativos de produção através do uso de inteligência artificial; o Digital Twin de dutos flexíveis, para o monitoramento da integridade e vida útil dos sistemas submarinos; e o Sistema de Monitoramento Digital de Ocorrências para garantia de escoamento.
- Desenvolvimento de novas tecnologias e novos produtos com menor pegada de carbono, como: a Gasolina Podium Carbono Neutro; o CAP PRO AP, um asfalto de alta penetração; a nova tecnologia para processar óleo 100% vegetal como matéria-prima para unidades de craqueamento catalítico, produzindo bioGLP com baixíssimo teor de enxofre, bioaromáticos e óleos leves e pesados renováveis; e a ferramenta inovadora para medição e tomada de decisão sobre intensidade de carbono dos produtos do refino, denominada ACV Digital.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2023, a Companhia gastou R\$ 3.619 milhões em P&D.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Ver item 2.10.c.i.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Ver item 2.10.c. ii.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Conforme PE 2024-28+ divulgado em 23 de novembro de 2023, a Petrobras tem, entre suas prioridades: reduzir a pegada de carbono; proteger o meio ambiente; cuidar das pessoas; e atuar com integridade. A Petrobras reafirmou sua ambição de zero fatalidade e zero vazamento, em alinhamento ao seu compromisso com a vida e com o meio ambiente, que são valores inegociáveis. Os focos ASG (Ambiental, Social e Governança) se materializam nos seguintes compromissos:



REDUZIR A PEGADA DE CARBONO

AMBIÇÕES - Emissões Operacionais (Escopo 1 e 2): (i) neutralizar as emissões (escopos 1 e 2) nas atividades sob nosso controle até 2050 e influenciar parceiros a atingir a mesma ambição em ativos não operados¹; (ii) não ultrapassar patamar 2022 no quinquênio (40% redução desde 2015); e (iii) Near Zero Methane 2030.

- Redução das emissões absolutas operacionais totais em 30%² até 2030
- Zero queima de rotina em flare até 2030
- Reinjeção de 80 milhões tCO₂ até 2025 em projetos de CCUS
- Intensidade de GEE no segmento E&P: atingir intensidade do portfólio de 15 kgCO₂e/boe até 2025, mantidos 15 kgCO₂e/boe até 2030
- Intensidade de GEE no segmento Refino: atingir intensidade de 36 kgCO₂e/CWT até 2025 e 30 kgCO₂e/CWT até 2030
- Redução da intensidade de emissões de metano no segmento E&P até 2025, atingindo 0,25 t CH₄/mil tHC e atingindo 0,20 t CH₄/mil tHC em 2030

¹ Ambição refere-se às emissões em território brasileiro, onde ocorrem mais de 98% das emissões operacionais da companhia. Para as demais emissões ambientamos também a neutralidade em prazo compatível com o Acordo de Paris, em alinhamento a compromissos locais e organizações internacionais.
² Ano de referência: 2015.



PROTEGER O MEIO AMBIENTE

AMBIÇÃO: zero vazamento

- Redução de 40%³ da nossa captação de água doce até 2030 (91 MM m³/ano)
- Redução de 30%³ na geração de resíduos sólidos de processo até 2030 (195 mil ton/ano)
- Destinação de 80% dos resíduos sólidos de processos para rotas de RRR⁴ até 2030
- Alcançar ganhos de biodiversidade até 2030, com foco em florestas e oceanos
 - 100% das nossas instalações com planos de ação em biodiversidade até 2025
 - Impacto líquido positivo em áreas vegetadas até 2030
 - Aumento em 30% dos esforços de conservação da biodiversidade

³ Ano de referência: 2021.

⁴ Reuso, Reciclagem e recuperação.



CUIDAR DAS PESSOAS

AMBIÇÃO: zero fatalidade

- Proporcionar retorno à sociedade de no mínimo 150% do valor investido nos projetos socioambientais voluntários⁵ (até 2030)
- Estar entre as três empresas de óleo e gás mais bem colocadas no ranking de Direitos Humanos até 2030⁶
- Diversidade:
 - Mulheres na liderança: 25% em 2030
 - Cor e raça na liderança: 25% em 2030
- Implementar 100% dos compromissos do Movimento Mente em Foco (Pacto Global da ONU) até 2030
- Alcançar mais de 50% de empregados fisicamente ativos (EFA) contribuindo para uma vida mais saudável e produtiva até 2028

⁵ Por projeto, passível de mensuração (5 anos).

⁶ No Corporate Human Rights Benchmark (CHRB).



ATUAR COM INTEGRIDADE

AMBIÇÃO: ser referência em ética, integridade e transparência

- Promover a diversidade nas nossas indicações:
 - Atingir 30% de mulheres no Conselho de Administração (CA), Diretoria Executiva (DE) e Conselho Fiscal (CF) até 2026
 - Incrementar em 10% as indicações de pessoas negras para o CA, DE e CF até 2030
- Encerrar apurações de violência sexual com prazo médio de 60 dias até 2024
- 100% dos fornecedores relevantes treinados em integridade e/ou privacidade até 2030
- Realizar due diligence de Direitos Humanos em 100% dos nossos fornecedores relevantes até 2030
- Avaliar, em 100% das contratações nas categorias estratégicas, a ampliação de requisitos ASG
- Estabelecer que 70% dos fornecedores relevantes tenham seu inventário de emissões (GEE) publicado

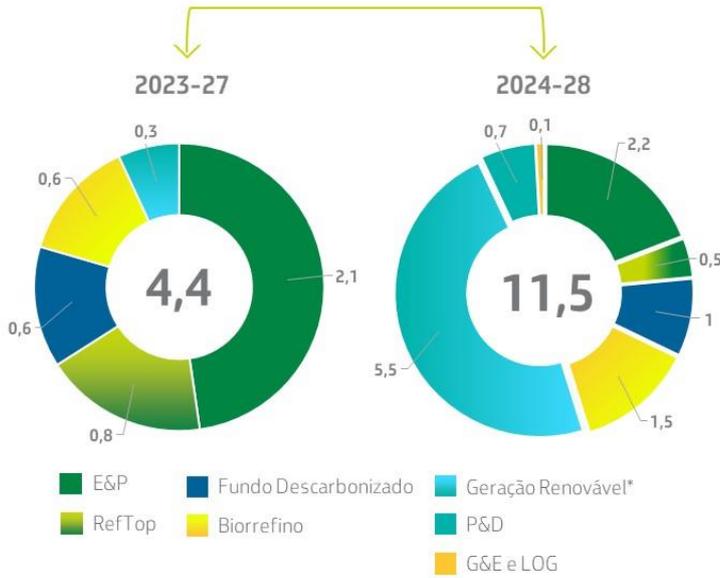
A Petrobras destinará até US\$ 11,5 bilhões para projetos de baixo carbono nos próximos cinco anos, considerando os investimentos transversais nos diversos segmentos de negócio. São contemplados iniciativas e projetos de descarbonização das operações, assim como o amadurecimento e desenvolvimento de negócios no segmento de energias de baixo carbono, com destaque para: biorrefino; eólica; solar; captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS); e hidrogênio.

Nesse contexto, é importante ressaltar o foco em projetos rentáveis, com priorização de parcerias para redução de risco e compartilhamento de aprendizados. Com essa nova frente, a Companhia também desenvolverá as vantagens competitivas regionais do Brasil.



Na média do período 2024-28, o investimento em baixo carbono representa 11% do investimento total da Petrobras, indicando avanço na posição atual da Companhia em relação aos seus pares de mercado. A previsão é que o investimento em baixo carbono ganhe espaço gradualmente no portfólio da Companhia ao longo do período, chegando a 16% em 2028.

US\$ bilhões

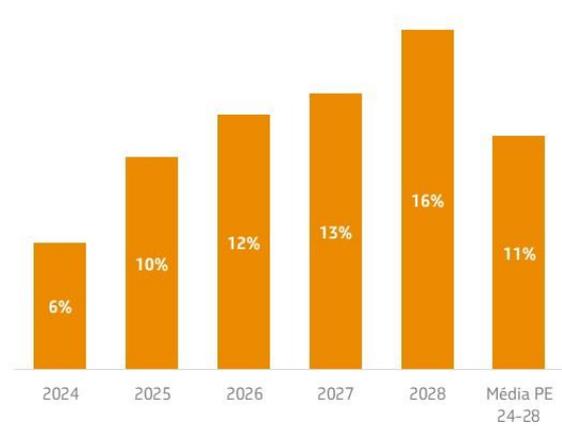


* Inclui CCUS, H₂ e Venture Capital

** Considerando a carteira em avaliação



% CAPEX EM BAIXO CARBONO**



Acompanhando as grandes transformações do mundo, principalmente nos segmentos de energia, digital, social e ambiental, a Petrobras está atravessando uma fase de mudanças e novas perspectivas, visando se preparar para a transição energética e para uma economia de baixo carbono justa, inclusiva, com mudanças nos padrões de uso da energia, avaliando e minimizando os impactos sociais para todas as partes: seus empregados, as comunidades e toda a cadeia de suprimentos.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Companhia divulga, neste item, as informações sobre patrocínios, despesas com publicidade, parcerias e convênios, bem como os critérios utilizados para a alocação de recursos para tais despesas.

Patrocínio

A estratégia de patrocínios da Petrobras está estruturada a partir de programas corporativos contínuos e linhas de atuação que definem as prioridades nas áreas cultural, esportiva, e de negócio, ciência e tecnologia. A atuação em patrocínio nessas áreas é definida pela Gerência Executiva de Comunicação e Marcas e aprovada pela Diretoria Executiva. As linhas de atuação de patrocínio, bem como as suas ações de publicidade, visam a fortalecer a imagem e reputação da Companhia perante seus públicos de interesse.

Na esfera de patrocínios culturais, esportivos e de negócio, ciência e tecnologia, a Petrobras aplicou R\$ 85,765 milhões em 2023. Desse total, R\$ 65,425 milhões foram realizados com incentivos fiscais.

As propostas de patrocínios culturais, esportivos e de negócio, ciência e tecnologia são recebidas via seleção pública ou escolha direta. A seleção pública de projetos corresponde a processo amplo e transparente, com regulamento próprio, divulgação nacional e comissões de seleção colegiada para escolha de projetos a serem desenvolvidos. Na escolha direta, projetos são encaminhados diretamente para a Petrobras utilizando sistema próprio para gestão de patrocínios, devendo atender a critérios de análise e adequação para contratação, assim como relevância para atingimento dos objetivos da Companhia.

As propostas de projetos de patrocínio passam por vários processos de análise técnica e documental previamente ao início da contratação - de forma a garantir a transparência e a conformidade da decisão de se contratar a oportunidade em questão - garantindo que procedimentos de governança e conformidade sejam seguidos, mitigando riscos e evitando possíveis conflitos de interesse.

Caso atendam aos critérios e sejam consideradas relevantes - são encaminhadas para recomendação do Comitê Técnico Estatutário de Assuntos Corporativos (CTE-CORP) e posterior aprovação da presidência da Petrobras.

Além disso, é realizada a análise *Due Diligence* de Integridade (DDI) das contrapartes para conhecer e avaliar os riscos de integridade inerentes ao relacionamento da Companhia com os titulares de oportunidades de patrocínio ou convênio. O resultado da DDI é expresso pelo Grau de Risco de Integridade (GRI). Adicionalmente, os projetos passam ainda por análise e verificação de conformidade prévia por parte da Secretaria de Comunicação Social - SECOM.

Após a celebração de contratos de patrocínios para a implementação dos projetos, a Companhia mantém procedimentos de controle internos para execução e acompanhamento, com o objetivo de fortalecer o agir ético e prevenir atos de fraude e de corrupção.

Na esfera cultural, os patrocínios estão relacionados a projetos brasileiros inovadores com potencial de retorno de imagem e alinhados estratégia de marcas da Companhia, com investimento de R\$ 59,394 milhões em 2023. Os projetos patrocinados seguem linhas de ação com foco em música, artes cênicas, audiovisual e múltiplas expressões. A Companhia abriu em 2022 a Chamada Petrobras Múltiplas Expressões, que selecionou 15 projetos com os temas: arte/cultura brasileira, cultura popular/regionalidades, folclore brasileiro e história do Brasil.

Cabe destaque para o patrocínio, há mais de 36 anos, à Orquestra Petrobras Sinfônica, que desde 2020 vem consolidando sua presença digital como estratégia para alcance de público.

Nos patrocínios esportivos, os investimentos são alinhados ao posicionamento da marca, de modo a favorecer a percepção da Petrobras como uma empresa dinâmica e com alta capacidade técnica. Em 2023, a Companhia deu continuidade ao patrocínio do Time Petrobras, com o contrato de vigência até 2024, com aporte de R\$ 3,3 milhões, para patrocínio ao treinamento de atletas de esportes olímpicos, que representarão o Brasil nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos em Paris 2024. O projeto garante ampla visibilidade para a marca Petrobras, participação dos atletas em *lives* ou ações presenciais e ativação em redes sociais, sempre associando a Companhia à atributos

positivos como alto desempenho, trabalho em equipe, alcance de metas, superação de desafios, resultados positivos, entre outros.

Em 2023 a Petrobras investiu cerca de R\$ 23,071 milhões em patrocínios a eventos de negócio, ciência e tecnologia, intensificando o relacionamento com parceiros, investidores, clientes, comunidade acadêmica e científica.

Na esfera socioambiental, a Petrobras aplicou, em 2023, R\$ 159 milhões em projetos sociais e ambientais voluntários.

Além do investimento socioambiental, a Companhia doou R\$ 1,6 milhão em 2023, que incluíram a realização de ações emergenciais para famílias atingidas pelas fortes chuvas em São Paulo e no Rio Grande do Sul, e para pessoas afetadas pela seca extrema na região Norte. As famílias contempladas foram selecionadas por meio de diagnóstico conduzido por uma instituição sem fins lucrativos.

As temáticas trabalhadas em 2023 no Programa Petrobras Socioambiental estão alinhadas ao que estava previsto no Plano Estratégico 2023-2027, assim como aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial, o ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15 (Vida Terrestre).

A Companhia prioriza os investimentos em territórios onde desenvolve suas operações, além de focar na estratégia de transição para economia de baixo carbono e na atuação *offshore* da Companhia. Assim, as quatro linhas de atuação vigentes são Educação, Desenvolvimento Econômico Sustentável, Oceano e Florestas, e os temas transversais que devem ser priorizados pelos projetos socioambientais são primeira infância, direitos humanos e inovação.

Nesse modelo, o propósito do investimento socioambiental é contribuir para as comunidades onde a Companhia está inserida e para a sustentabilidade do negócio, apoiando iniciativas socioambientais que gerem valor para a Petrobras e para a sociedade.

Em 2023, a Companhia lançou a maior seleção pública da história dos investimentos socioambientais da Petrobras. O processo seletivo foi dividido em duas etapas e, no total, serão R\$ 432 milhões investidos em cerca de 60 projetos ao longo dos três anos de sua execução. A primeira etapa alcançou um grande número de inscrições (451 projetos) levando a Companhia a aumentar o número de projetos contemplados (31 projetos), bem como o recurso para essa etapa do edital (R\$ 212 milhões).

As iniciativas selecionadas atuarão nos estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe, em todas as linhas de atuação do Programa. A segunda etapa, lançada ainda em 2023, com resultados previstos até o final do primeiro semestre de 2024, deve receber propostas para 28 oportunidades, incluindo cinco oportunidades para projetos incentivados. As iniciativas abrangerão os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, além do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O Programa Petrobras Socioambiental está alinhado à Política de Responsabilidade Social da Companhia, que orienta para o desenvolvimento de iniciativas socioambientais estruturantes e perenes, em alinhamento com os ODS da Agenda 2030 da ONU, que promovem o desenvolvimento das potencialidades dos territórios, a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a recuperação e conservação da natureza, considerando as expectativas das partes interessadas e a contribuição para os negócios da companhia, priorizando os locais onde a Petrobras atua.

Os valores dos investimentos socioambiental, e em patrocínio cultural, esportivo e de negócio, ciência e tecnologia podem ser observados na tabela a seguir:

	Socioambientais	Culturais	Esportivos	Negócio, ciência e tecnologia (NTC)	Total
Investimentos (milhões de R\$)	159 ¹	61 ²	4 ³	24 ⁴	248

1) 41% do valor corresponde a recurso via lei de incentivo (inclui o aporte de R\$10 à Iniciativa Floresta Viva - *matchfunding* com BNDES).

2) 93% do valor corresponde a recurso via lei do incentivo.

3) 99% do valor corresponde a recurso via lei do incentivo.

4) 30% valor corresponde a recurso via lei do incentivo.

Cabe destacar que o acompanhamento da percepção sobre a reputação corporativa revela que aqueles que possuem conhecimento dos projetos e dos patrocínios da Companhia - sejam eles sociais, ambientais, culturais ou esportivos - detêm percepção superior em relação àqueles que não possuem tal conhecimento. Ainda que esse delta reputacional varie a cada monitoramento trimestral no histórico da pesquisa, a diferença, sempre positiva, demonstra a relevância desses projetos para a reputação da Petrobras.

Publicidade

As ações de publicidade da Petrobras são:

- Planejadas estratégica e taticamente em ciclos anuais, de forma totalmente alinhada com o plano de comunicação vigente que, por sua vez, é desdobrado do Plano Estratégico da Companhia.
- Desenvolvidas com base nos elementos definidores do posicionamento da marca Petrobras.
- Realizadas sempre respeitando e prezando a diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária, que estabelece as normas éticas aplicáveis à publicidade e propaganda, em especial, aos artigos abaixo elencados:
 - *Artigo 1º - Todo anúncio deve ser respeitador e conformar-se às leis do país; deve, ainda, ser honesto e verdadeiro.*
 - *“Artigo 2º - Todo anúncio deve ser preparado com o devido senso de responsabilidade social, evitando acentuar, de forma depreciativa, diferenciações sociais decorrentes do maior ou menor poder aquisitivo dos grupos a que se destina ou que possa eventualmente atingir.”*
 - *“Artigo 20 - Nenhum anúncio deve favorecer ou estimular qualquer espécie de ofensa ou discriminação racial, social, política, religiosa ou de nacionalidade.”*

O planejamento e a execução das ações publicitárias da Petrobras são realizados, hoje, por agências de propaganda contratadas via concorrência pública.

Em 2023 o valor total gasto com publicidade foi de R\$ 186 milhões. Esse valor se refere à publicidade efetivamente veiculada e retrata a posição de 31/01/2024. Para consultar os valores atualizados de gastos com publicidade após a conclusão do processo de auditoria de mídia (comprovação das veiculações efetivamente realizadas em 2023), acesse o Portal de Transparência da Petrobras, no endereço <https://transparencia.petrobras.com.br/despesas/publicidade>, onde estão listadas as despesas com contratos de serviços de publicidade da Companhia, bem como os gastos totais com publicidade dos últimos anos.

Parcerias e Convênios

Com relação a parcerias e convênios, a Companhia apoia a cooperação tecnológica com universidades e institutos de ciência e tecnologia, empresas, *startups* e outras operadoras, em busca de soluções de alto impacto em geração de valor, estabelecendo parcerias tecnológicas por meio de termos de cooperação. Dentre suas ações para alavancar a produtividade em PD&I, destacam-se:

i. O Programa ‘Conexões para Inovação’ é o programa de inovação aberta da Petrobras, criado para acelerar o desenvolvimento tecnológico e agregar valor à Companhia. O principal objetivo do programa é encontrar os melhores parceiros para cooperar e desenvolver, testar ou comercializar tecnologias, aumentando assim a competitividade e a transparência nos processos e proporcionando um melhor incentivo ao alinhamento do ecossistema de inovação.

O programa conta com um site externo <https://tecnologia.petrobras.com.br/> para divulgar diversas oportunidades de engajamento de parcerias com a Petrobras e é composto por diferentes módulos, pensados para tipos específicos de oportunidades relacionadas a três principais variáveis: (i) o público-alvo (estudantes, universidades, institutos de tecnologia, *startups*, grandes empresas etc.); (ii) o modelo de negócios; e (iii) o TRL (*Technology Readiness Level*).

Os módulos e as principais realizações do programa em 2023 foram:

- Módulo Open Lab: concentra as oportunidades para desenvolvimento de software de código aberto por meio do GitHub. Em 2023 dois repositórios foram publicados.
- Módulo Encomendas Tecnológicas: concentra oportunidades que vão de TRL 2 a TRL 7 (“TRL” ou “Technology Readiness Level”), permitindo que a Petrobras assuma o risco tecnológico na fase de desenvolvimento da tecnologia, possibilitando a união das fases de desenvolvimento e expansão, tornando-as mais atrativas para as empresas. Em 2023, foram assinados sete novos contratos para desenvolvimento de tecnologias, representando um investimento total de mais de R\$ 450 milhões.
- Módulo Transferência de Tecnologias: nesse módulo a Petrobras oferta contratos de licenciamento de suas tecnologias, aumentando assim o número de empresas aptas a prestar serviços a partir de tecnologias Petrobras, em troca de royalties. Em 2023 foram assinados 23 contratos de licenciamento.
- Módulo Startups: busca desenvolver soluções e modelos de negócios de *startups* e pequenas empresas inovadoras por meio de projetos de inovação. Os projetos finalizados com sucesso contam com a possibilidade de realização de testes de campo do lote piloto ou serviço pioneiro. Em 2023, 22 contratos foram assinados, com investimentos de mais de R\$ 18 milhões.
- Módulo Aquisição de Soluções: objetiva o teste de soluções inovadoras que vêm sendo desenvolvidas pelo ecossistema de inovação, por meio de contratos públicos de solução inovadora (CPSI). Cada CPSI pode alcançar o valor de US\$ 300 mil para os testes das soluções. Em 2022 a Petrobras assinou o primeiro CPSI. Em 2023 foram publicadas 16 oportunidades e foram assinados 17 CPSI no total, com um investimento total de mais de R\$ 22 milhões
- Módulo de Parcerias Tecnológicas: nesse módulo são ofertados Acordos de Cooperação Tecnológica (TCAs) focados em TRLs baixos e intermediários, exigindo assim forte engajamento com a academia. Em 2023, foram assinados 114 novos TCAs, a maioria com institutos tecnológicos brasileiros, representando um investimento total de mais de R\$ 470 milhões.
- Módulo Residentes: criado para aumentar a interação com parceiros externos (universidades, empresas de tecnologia e centros de P&D), melhorar a sinergia e agilizar projetos internos e curvas de aprendizado associadas a tecnologias emergentes, por meio desse módulo pesquisadores dos parceiros vigentes da Petrobras atuam diretamente no seu centro de pesquisas. Em 2023, cinco pesquisadores trabalharam nas instalações Petrobras com acesso a laboratórios, softwares, capacidade computacional e banco de dados interno

ii. A utilização de canais de engajamento e articulação com esses atores, como reuniões técnicas com representantes institucionais e pesquisadores da comunidade acadêmico-científica; promoção de workshops internos e externos para geração de ideias inovadoras; e realização de palestras junto a universidades e institutos de pesquisa visando a apresentação de desafios tecnológicos atuais da Petrobras.

iii. O Protocolo de Cooperação Ciência sem Fronteiras (PCSF) foi um programa do Governo Federal, no qual foram signatários a Petrobras, a CAPES e o CNPq. O aporte de recursos foi feito até 2018 e o consumo dos valores ocorreu até o fim do convênio em 2023, atualmente em fase de prestação de contas.